

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA
AUDITORIA INTERNA NA MONITORIZAÇÃO
DOS RISCOS NAS EMPRESAS DE
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE
PASSAGEIROS URBANOS EM PORTUGAL
CONTINENTAL

Paulo Alexandre Marto de Carvalho

Lisboa, Abril de 2015

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA AUDITORIA INTERNA
NA MONITORIZAÇÃO DOS RISCOS NAS EMPRESAS DE
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS
URBANOS EM PORTUGAL CONTINENTAL

Paulo Alexandre Marto de Carvalho

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Análise Financeira, realizada sob a orientação científica do Mestre António da Trindade Nunes, Professor Especialista do ISCAL.

Constituição do Júri:

PRESIDENTE --- DOUTOR JOAQUIM FERRÃO

ARGUENTE --- ESPECIALISTA ANA MARINHO PIRES

VOGAL --- ESPECIALISTA ANTÓNIO TRINDADE NUNES

Lisboa, Abril de 2015

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação à memória dos meus falecidos PAIS, António José de Carvalho e Maria Emília Gomes Marto de Carvalho.

-Ao elevado apoio e incentivo na realização deste trabalho e restante parte académica, por parte da minha Esposa, Eunice e Filho Daniel, a quem nos momentos mais difíceis e no decorrer deste percurso, nem sempre dei a devida atenção.

- À minha Sogra Silvina, Tia Laurinda, Tio Zé Varela (falecido) e Carlos Varela (padrinho), na compreensão e esforço por mim realizado na conclusão deste percurso de vida.

- Aos primos António e Isabel, pelo auxílio prestado nos momentos académicos mais complexos.

EPIGRAFE

“Se é possível está feito, se é impossível há-de fazer-se”

Frase do curso de pára-quedismo

AGRADECIMENTOS

Agradeço o auxílio na realização desta Dissertação ao Professor/Orientador Mestre Trindade Nunes pela sua disponibilidade e conselhos nas diferentes formas de abordar o tema e o modo de como o explorar.

Ao Mestre Nuno Oliveira, Vice-Presidente do IPAI, pela sua disponibilidade e transmissão de conhecimentos relativamente à especificidade do sector em que esta dissertação se insere, tendo em conta a pouca informação existente.

RESUMO

A dissertação abarca o tema da auditoria desde os seus primórdios até à actualidade, reflectindo os naturais ajustamentos de sua definição e objectivos.

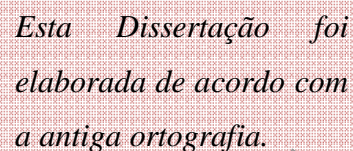
Evolui depois para a auditoria interna e sua aplicabilidade nos diferentes sectores, no universo das organizações.

Esta, mais recentemente, passa a ganhar maior relevância quando inicia a determinação dos riscos e na necessidade do controlo e redução dos mesmos.

As progressivas certificações, que as organizações foram obtendo, permitiram-lhes estabelecer e melhorar a qualidade na prestação do serviço de transportes, bem como a sua imagem. Esta qualidade pode ser melhorada se existirem serviços de auditoria interna nas organizações, como se pôde apurar através da aplicação de questionários a que se recorreu, já que, pelas respostas recebidas, ficou clara tal importância.

Ainda que não tendo obtido respostas por parte de auditores internos de entidades de transportes rodoviários de passageiros urbanos em Portugal Continental e apenas uma de uma organização do sector, as respostas ao questionário elaborado por parte de operacionais permitem concluir sobre a necessidade de nelas implementar serviços de auditoria interna.

Tal implementação permitirá apoiar de uma forma efectiva os órgãos de gestão, como ainda para melhorar a imagem para o exterior no que respeita à prestação dos serviços.



Esta Dissertação foi elaborada de acordo com a antiga ortografia.

Palavras-chaves: Auditoria Interna; Certificações; Transportes Públicos; Riscos.

ABSTRACT

The dissertation comprises the topic of Auditing since its inception until the current days, reflecting the natural adjustments of its definition and objectives.

It evolves then to Internal Auditing and its application in different sectors of the organizational universe.

More recently, Internal Auditing has gained a bigger importance when it starts the assessment of risks and the need to control and reduce them.

The progressive certifications that the organizations obtained allowed them to establish and improve the quality of the transportation service, as well as its image. This quality can be improved if there are internal audit services in the organizations as it was established in the questionnaires that were used, given the clearness of the answers received.

Although the internal auditors of passenger land transportation companies from mainland Portugal did not answer and there was only one answer from one of the companies in the sector, the answers from the field staff demonstrate the need to implement internal auditing services in the companies of the sector.

This implementation will allow the effective support of the management of these companies and the improvement of the image of the service delivery.

Keywords: Internal Audit; Certifications; Public Transports; Risks.

ÍNDICE	Pág.
DEDICATÓRIA	V
EPÍGRAFE	VI
AGRADECIMENTOS.....	VII
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE	X
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIV
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XVI
1.INTRODUÇÃO	1
1.1 Motivação pelo Tema	1
1.2 Objecto da Dissertação	1
1.3 Objectivo	1
1.4 Metodologia	2
1.5 Estrutura da Dissertação	2
2.ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
2.1 Breve Introdução	4
2.2 O Nascimento da Auditoria.....	4
2.3 Evolução Posterior.....	5
2.4 A Implementação da Auditoria em Portugal.....	6
2.5 Tipos de Auditoria.....	8
2.5.1 Auditoria Financeira	9
2.5.2 Auditoria Operacional.....	10
2.5.3 Auditoria da Qualidade	10
2.5.4 Auditoria de Gestão	11
	X

2.5.5 Auditoria Forense	11
2.5.6 Auditoria Ambiental	11
2.5.7 Auditoria Interna	12
2.5.7.1 Caracterização dos Auditores.....	14
2.5.7.2 Entidades Auditadas	16
2.6 Riscos.....	18
2.6.1 Tipos de Riscos	18
2.6.2 Lei de SOX.....	19
2.6.3 COSO.....	21
2.6.4 COSO - ERM	22
2.6.5 Riscos do Sector	23
2.7 Value for Money.....	25
2.8 A Criação de Valor	28
2.8.1 Corporate Governance	28
2.8.2 A Relação da Auditoria Interna e o Corporate Governance	31
2.8.3 Aperfeiçoar a Governação através da Auditoria Interna	32
2.9 A Auditoria Interna, O Environment e a Poluição	33
2.9.1 O Environment e a Poluição	33
2.9.2 A Influência da Auditoria Interna e o Environment.....	34
2.9.2.1 Certificação de Auditores	35
2.9.2.2 Sistema de Gestão Ambiental.....	36
2.9.2.3 Sistema de Gestão de Qualidade.....	37
2.9.2.4 Sistema de Gestão de Responsabilidade Social.....	37
2.10 Caracterização Geral do Questionário	38
2.11 Auditores Internos	39

2.12 Empresas de Transportes Públicos	41
2.12.1 Capitais Públicos	41
2.12.2 Capitais Privados	43
2.13 Operacionais	44
3. ESTUDO EMPÍRICO	46
3.1 Objectivos	46
3.2 Focus Group	46
3.3 Circularização – Âmbito e Forma	46
3.4 Metodologia Utilizada	47
3.5 Questionários, Respostas e sua Análise	47
3.5.1 Respostas de Membros do IPAI	48
3.5.2 Respostas de Organizações	48
3.5.2.1 Caracterização Geral	48
3.5.2.2 Caracterização da Entidade	48
3.5.2.3 A Importância da Auditoria Interna no Sector	48
3.5.3 Respostas de Operacionais	49
3.5.3.1 Caracterização Pessoal	49
3.5.3.2 Caracterização da Organização	53
3.5.3.3 A Importância da Auditoria Interna no Sector	59
3.5.3.4 A Auditoria Interna como Mais – Valia	60
3.5.3.5 A Prestação do Serviço de Auditoria Interna por Entidade Externa	70
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
4.1 Análise SWOT*	72
4.2 Limitações	73
4.3 Perspectivas Futuras	73

5. CONCLUSÃO	74
BIBLIOGRAFIA	76
WEBGRAFIA	78
ANEXO I – QUESTIONÁRIO	80
ANEXO II – QUESTIONÁRIO DOS OPERACIONAIS	89
ANEXO III – QUESTIONÁRIO GLOBAL	96

ÍNDICE DE GRÁFICOS	Pág.
Evolução do Número de Sócios do IPAI.....	15
Evolução CIA.....	17
Evolução do DAI.....	17
Gráfico 1 – Idade	50
Gráfico 2 – Género	51
Gráfico 3 – Habilitações Académicas	52
Gráfico 4 – Função de Auditor	52
Gráfico 5 – Responsável.....	53
Gráfico 6 – N° de Trabalhadores.....	54
Gráfico 7 – Estrutura de Capital.....	54
Gráfico 8 – Volume de Negócios.....	55
Gráfico 9 – Certificações Existentes.....	56
Gráfico 10 – Existência de Gabinete de Auditoria Interna.....	57
Gráfico 11 – N° de Auditores Internos.....	58
Gráfico 12 – Certificações dos Auditores Internos.....	58
Gráfico 13 – Antiguidade do Departamento de Auditoria Interna.....	59
Gráfico 14 – Auditoria Interna como Mais – Valia.....	60
Gráfico 15 – Principais Aspectos da Auditoria Interna.....	62
Gráfico 16 – A Importância da Auditoria Interna.....	63
Gráfico 17 – Os 3E’s na Auditoria Interna.....	65
Gráfico 18 – Exigência de Legislação.....	66

Gráfico 19 – Dimensão Mínima Obrigatória para a Auditoria Interna.....	67
Gráfico 20 – Reporting.....	68
Gráfico 21 – Avaliação da Qualidade da Auditoria Interna.....	69
Gráfico 22 – Recurso ao Exterior.....	70
Gráfico 23 – A Quem Recorrer.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS

3E's – *Economia, Eficácia e Eficiência*

ANA – *Aeroportos de Portugal*

aC – *antes de Cristo*

AR – *Assembleia da República*

AVSOUTO – *Auto Viação do Souto*

BARRAQUEIRO – *Barraqueiro Transportes*

BASILEIA – *Banking Supervision, Internal Control Systems, Framework for Internal Control Systems in Banking Organisations*

CARRIS – *Companhia Carris de Ferro de Lisboa*

CG – *Corporate Governance*

CIA – *Certified Internal Auditor*

COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*

CORGOBUS – *Transportes Urbanos Vila Real*

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

COSO-ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management*

COVIBUS – *Transportes Urbanos da Covilhã*

CRP – *Constituição da República Portuguesa*

DAI – *Departamento de Auditoria Interna*

dC – *depois de Cristo*

DF – *Demonstrações Financeiras*

DL – *Decreto - lei*

ECIIA – *European Confederation of Institutes of Internal Auditing*

EUA – *Estados Unidos da América*

EVA – *EVA Transportes*

EVOLUS – *Transportes e Turismo*

HF – *Horários do Funchal*

ID – *Isidoro Duarte*

IGF – *Inspecção Geral de Finanças*

IIA – *Institute of Internal Auditors*

IPAI – *Instituto Português de Auditoria Interna*

ISO – *International Organization for Standardization*

MoveAveiro – *Empresa Municipal de Mobilidade*

NP – *Norma Portuguesa*

NS/NR – *Não Sei/ Não Respondo*

PCGA – *Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites*

POMBUS – *Transportes Urbanos de Pombal*

RESENDE – *Resende Urbanos*

RNE – *Rede Nacional de Expressos*

ROC – *Revisores Oficiais de Contas*

RODOESTE – *Transportadora Rodoviária da Madeira*

RODONORTE – *Rodonorte Transportes Portugueses*

RODOVIÁRIA DO ALENTEJO – *Rodoviária do Alentejo*

SCOTTURB – *Sintra Cascais Oeiras Transportes Urbanos*

SMAT – *Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre*

SMTCB – *Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro*

SMTUC – *Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra*

SOX – *Sarbanes e Oxley ou Lei SOX*

STCP – *Sociedade Transportes Colectivos do Porto*

STUB – *Serviços de Transporte Urbanos de Bragança*

SWAP – *Contrato de troca*

SWOT – *Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TC – *Tribunal de Contas*

TREVO – *Transportes Rodoviários de Évora*

TSM – *Transportes de Santa Maria*

TST – *Transportes Sul do Tejo*

TUB – *Transportes Urbanos de Braga*

TUG – *Transportes Urbanos de Guimarães*

TUMG – *Transportes Urbanos da Marinha Grande*

TUREXPRESSO – *Turexpresso*

TUST – *Transportes Urbanos de Santo Tirso*

VAIeVEM – *Transportes Urbanos de Portimão*

VFM – *Value for Money*

VIMECA – *Vimeca Transportes*

1.INTRODUÇÃO

1.1 Motivação pelo Tema

A razão pela qual decidi elaborar este trabalho sobre o tema: “A Importância crescente da auditoria interna na monitorização dos riscos nas empresas de transportes rodoviários de passageiros urbanos em Portugal Continental”, deve-se à profissão de motorista de transportes públicos (Agente Único) que venho exercendo desde 1999 e assim poder angariar e organizar mais informação, de modo a obter uma melhor compreensão interna dos riscos inerentes a este sector.

Desejei também avaliar a importância dos serviços de auditoria nas empresas, ou seja, de equipas de trabalho de auditores internos ou externos especializados, independentemente da dimensão da organização.

Pode-se até questionar, se todas as organizações deste sector deveriam ser obrigadas, por legislação própria, a terem este tipo de serviço, mesmo que implementado em tempo parcial.

Outra razão que me levou a eleger este tema, prende-se com o facto de não existir muita informação a nível nacional, para consulta pública.

Uma última razão pela qual escolhi este tema, deve-se ao facto de na organização onde desempenho funções, não existir um gabinete da auditoria interna.

1.2 Objecto da Dissertação

O objecto deste trabalho, é a análise de como a Auditoria Interna é tida em consideração nas empresas de Transportes Terrestres Rodoviários Urbanos em Portugal Continental.

1.3 Objectivo

O objectivo deste trabalho é o de demonstrar que a implementação de um serviço de auditoria interna numa entidade traz benefícios económicos e financeiros para a mesma. Para tal, os seus órgãos máximos, devem reconhecer os méritos dos trabalhos elaborados pelos serviços de auditoria, quer sejam eles constituídos por pessoas internas e/ou externas,

para que desta forma se evitem situações, como as que têm surgido na comunicação social em relação aos swaps.

Tais estudos, devem (naturalmente) contemplar os aspectos relativos à *Economia, Eficácia e Eficiência* (3 E's).

Sabendo-se que, este sector e o tipo de produção pelas entidades que o constituem nunca são vistas como organizações com fins lucrativos, pretende-se que estas transportadoras sejam observadas como empresas produtivas e lucrativas, como qualquer outra organização e se elimine a ideia de que as empresas de transportes de passageiros não são para ter lucros, mas apenas para servirem as populações.

A auditoria poderia ser imposta por meio legislativo, de modo a garantir maior fiabilidade nestas organizações. No entanto, sabendo que este tipo de actividade requer dispêndio de capital humano e financeiro, poderia ser realizada pelo IPAI, através de equipas especializadas, ou empresas externas peritas neste âmbito de actividade no sector dos transportes.

1.4 Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo irá basear-se em inquéritos, aos intervenientes, auditores internos, responsáveis e funcionários que pertençam à área de movimento e exploração (motoristas, fiscalização e manutenção), analisando o grau de importância que dão à auditoria interna, e se esta está, ou não, obrigatoriamente implementada, fazendo ou não, parte integrante da organização.

Como indicado, os referidos inquéritos serão dirigidos a auditores internos inscritos no IPAI, aos responsáveis e técnicos de empresas de transportes rodoviários urbanos de transportes de passageiros que operam em Portugal Continental e a outros intervenientes que estão directamente relacionados com este sector.

1.5 Estrutura da Dissertação

A estrutura desta Dissertação, possui cinco capítulos, em que no Primeiro, a INTRODUÇÃO, será feita uma referência à motivação pelo tema, tendo em conta a minha

actividade profissional, seguido do objecto, objectivo, metodologia utilizada e estrutura da Dissertação.

No Segundo Capítulo, o ENQUADRAMENTO TEORICO, irá ser realizada uma análise abarcando o nascimento da auditoria e toda a sua evolução até aos dias de hoje, não esquecendo algumas situações mais relevantes a que esta actividade está sujeita.

Nele se analisam os diversos tipos de auditoria e como esta pode auxiliar no desenvolvimento da organização através da monitorização dos riscos e implementação das diversas certificações no sector dos transportes. Ainda neste capítulo é apresentada a relação existente entre a Corporate Governance, Environment e Auditoria Interna, na melhoria das condições ambientais, sociais e de imagem das organizações, em sintonia com o objectivo principal das organizações, o lucro.

O Terceiro Capítulo contempla O ESTUDO EMPIRICO, nele se descrevendo o trabalho desenvolvido e é realizada a análise e avaliação com base nos inquéritos. A referida análise está estruturada tendo em conta os tipos de intervenientes envolvidos.

O Penúltimo Capítulo apresenta a análise SWOT, bem como as limitações do trabalho e as perspectivas futuras.

Por fim, o Quinto Capítulo, apresenta a CONCLUSÃO do estudo.

2.ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Breve Introdução

Quando se fala em Auditoria ou que, numa organização, se irá realizar um trabalho desta natureza, algumas pessoas ainda associam tal, a uma operação “policial” ou a “fiscalização”, que irá atrasar e incomodar a rotina de trabalho diário dos colaboradores que nela exercem a sua actividade. É algo compreensível, atendendo à especificidade e complexidade do tema.

A pessoa que a realiza é designada por auditor, ou seja, citando Lopes de Sá (2000;21):

“...aquele que ouve ou ouvinte”. (Em latim, *audire*).

Esta referência histórica permite-nos concluir que a utilização da auditoria advém de tempos longínquos, como se apresenta no ponto seguinte.

2.2 O Nascimento da Auditoria

Sem ser exaustivo, existem provas arqueológicas de que a auditoria remonta, pelo menos, ao ano 4500 antes de Cristo (aC), na zona da Suméria. Mais tarde, podem-se referir “os olhos e os ouvidos do Rei” do Império Persa e, no Império Romano, podem-se citar as cartas entre Plínio [61-112 depois de Cristo (dC)] e Trajano (97-117 dC), conforme cita Lopes de Sá (2000;21).

Este intercâmbio de cartas, reflecte o facto de os seus domínios serem extremamente extensos, que obrigavam a ter determinadas regras para garantir toda a sua sustentabilidade, bem como a manutenção dos seus soldados nas conquistas de territórios e a alimentação dos povos dominados, mantendo a sua riqueza, sem colocarem toda a sua estrutura de comando em risco.

No “ano 977 dC, na obra de Abu-Abdallah All-Khawarismi, com o título de Mafatih Al-Ulum (As Chaves da Ciência)”, como refere Lopes de Sá (2000;21), surge outro elemento relevante. Tal obra apesar de extremamente longínqua, reflecte a complexa actividade da Auditoria, obrigando a todo um vasto conhecimento sobre diversas matérias, ao referir formas de controlar, preservar e salvaguardar todos os bens pertencentes aos proprietários.

Surge assim a noção de auditoria associada à salvaguarda dos bens.

2.3 Evolução Posterior

Se durante muitos anos a produção foi realizada de forma artesanal, a Revolução Industrial (iniciada no Reino Unido) veio alterar profundamente esse estado de coisas. Ela originou a criação de grandes indústrias de transformação e de transporte, impondo a abertura do capital a terceiros (que não acompanhavam a gestão), nem sempre próximas, exigindo a criação de sistemas específicos de controlo interno, bem como a necessidade de assegurar a credibilidade da informação financeira disponibilizada aos accionistas e outros stakeholders.

É assim que surge, uma vez mais, a noção de salvaguarda de património, bem como o cumprimento das directrizes internas (dos responsáveis) e da legislação aplicável e ainda a fidedignidade dos registos. Numa óptica externa, importará destacar a criação, em Inglaterra, do *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* em 1880. Este instituto tinha e tem como objectivo principal o de estabelecer directrizes aplicáveis aos auditores externos.

A extensão da Revolução Industrial a outros países (inicialmente anglo-saxónicos) obrigou-os a também aplicarem regras de auditoria. É assim que nos *Estados Unidos da América* (EUA) surge a *American Association of Public Accountants*, fundada em 1887.

Os EUA, sendo um país com um elevado número de indústrias de extracção, de transformação e de transporte, viu-se na obrigação de ser um dos primeiros pioneiros na implementação de directrizes de auditoria a nível mundial, alargando-se depois a outros países da Europa, como a França e a Alemanha.

Assim, com o desenrolar dos tempos, a auditoria foi ganhando maior relevância e mais aceitação por parte das indústrias e seus intervenientes, começando a surgir definições do que era a auditoria. Deste modo, Lopes de Sá (2000;24), faz referência à obra de Holmes, Arthur W. (*Auditing, Principles and Procedures*, 4ª ed., p1, Homewood 1956. R. D. Irwin, Inc.), em que ele apresenta como definição da auditoria:

«...o exame de demonstrações e registos administrativos. O auditor observa a exatidão, integridade e autenticidade de tais demonstrações, registos e documentos.»»

Como se pode compreender, foi na fase da revolução industrial que a auditoria, em especial a Externa, teve o seu início e desenvolvimento acentuado, tendo como função primordial a garantia de que as *Demonstrações financeiras* (DF) apresentavam de forma verdadeira e apropriada, a situação real da organização, elaboradas de acordo com os *princípios contabilísticos geralmente aceites* (PCGA), aplicados de uma forma uniforme.

Numa perspectiva interna, a auditoria também evoluiu. Nessa linha importa destacar o aparecimento, em 1941, nos EUA do *Institute of Internal Auditors* (IIA), que depois se expandiu progressivamente, para os outros países.

2.4 A Implementação da Auditoria em Portugal

Após a implementação da auditoria nos EUA e em vários países da Europa, surge, quase cem anos depois em Portugal, o termo de auditoria, interligado ao de Revisão ainda que, desde meados da década de 30 do século passado existissem no nosso país empresas de auditoria externa (Barton Mayew e Price Waterhouse).

Este termo de Revisão está relacionado com os *Revisores Oficiais de Contas* (ROC), pelo que nesta altura, os seus objectivos primordiais visavam garantir uma informação fiável, verdadeira e apropriada, a todos os intervenientes que directa e indirectamente nela interessados.

Neste grupo de intervenientes encontram-se: os administradores, accionistas, credores, funcionários, estado e, também muito importante, as fontes de financiamento, as instituições financeiras.

Desta forma, e numa óptica empresarial, o desenvolvimento das organizações e a complexidade da actividade financeira, levou Portugal a ver-se na obrigação de implementar legislação apropriada, para estabelecer determinadas obrigações às organizações e deste modo, minimizar erros e fraudes.

Assim, a primeira legislação a ser implementada em Portugal, data de 1969, *decreto-lei* (DL) n° 49381, de 15 de Novembro. Este DL veio instituir um regime jurídico de

fiscalização das sociedades anónimas, para que de certa forma, se eliminassem algumas situações menos adequadas e se estabelecesse melhorias noutras.

Com esta fiscalização, realizada pelo conselho fiscal, o objectivo pretendido é o de impor aos administradores, o cumprimento das normas e estatutos da organização, bem como com o cumprimento das normas contabilísticas.

Estas obrigações pretendiam evitar uma subavaliação ou sobrevalorização do seu património, minimizando o enviesamento da informação apresentada aos seus accionistas, de modo a não influenciar positiva e/ou negativamente, investimentos futuros.

Em termos de melhorias, este DL pretendeu impor algumas responsabilidades aos administradores e conselhos fiscais, no decorrer da sua gestão, limitando o acesso aos conselhos fiscais, às administrações e a direcções de pessoas que estivessem em situação de insolvência e limitar a utilização de informação privilegiada em proveito próprio.

No entanto, este DL determinou que fosse incluído no conselho fiscal, pelo menos um revisor oficial de contas inscrito na ordem de revisores oficiais de contas, para que fossem protegidos todos os accionistas da entidade, independentemente da constituição da carteira de títulos.

A partir deste momento, Portugal iniciou uma série de legislação, de modo a estabelecer determinadas normas a serem aplicadas nas organizações.

Numa perspectiva pública, em 1975, no Programa de Política Económica e Social, foi prevista a criação de uma empresa pública de auditoria a quem caberia as funções de fiscalização contabilística das empresas do sector público, que se veio a corporizar, passados cinco anos, na *Inspecção Geral de Finanças* (IGF), integrada no Ministério do mesmo nome.

Em simultâneo, a *Constituição da República Portuguesa* (CRP), elaborada depois da revolução de 1974, contempla o *Tribunal de Contas* (TC), reportando à *Assembleia da Republica* (AR). Ele surge no título V - Tribunais, no capítulo I - Princípios gerais, em que os artigos 202º, 203º, 205º e 206º, focam a Função Jurisdicional, a Independência, a Decisão do Tribunal e Audiências, respectivamente. Deste modo, a CRP definiu o TC

como órgão de soberania, com capacidade investigadora, reguladora e fiscalizadora de dinheiros públicos, garantindo a sua independência na emissão de pareceres.

Ainda em Portugal, deve referir-se a Auditoria fiscal e Aduaneira desenvolvida pela Autoridade Tributária, a quem cabe realizar a fiscalização das organizações quer no sector público, quer no sector privado, pretendendo, deste modo, evitar-se erros e fraudes que sejam prejudiciais ao estado.

2.5 Tipos de Auditoria

Para algumas pessoas, simplisticamente, a actividade da auditoria divide-se em dois grupos distintos, a Externa e a Interna. A primeira, como o nome indica, é realizada por profissionais especializados que não estão ligados à organização, logo o seu envolvimento apenas está confinado à realização do trabalho que foi contratado. Os seus objectivos fixam-se na análise das Demonstrações Financeiras, incluindo a pesquisa de possíveis erros e fraudes, emitindo a sua opinião através de relatórios, sendo o seu trabalho realizado com total independência.

Relativamente à Interna, ela é realizada por profissionais qualificados, colaboradores, ou não, da organização que têm o dever de conhecer toda a sua estrutura, normas e procedimentos.

Estes técnicos têm como objectivo principal, a análise, a avaliação dos riscos e sua redução, através de sugestões apresentadas aos responsáveis. O IIA define-a como uma actividade independente, de avaliação objectiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização.

Assiste a organização na consecução dos seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação.

Estes especialistas, devem ter acesso a todas as informações da entidade, têm a possibilidade de verificar se estão a ser aplicadas todas as normas e procedimentos determinados pela mesma e, se tal não ocorrer, fazem sugestões.

Além da responsabilidade de transmitir ao órgão de gestão as ineficiências encontradas, estes profissionais deverão estabelecer um relacionamento comunicativo com os outros profissionais dos diferentes sectores, e que transmitindo, por escrito ou verbalmente, uma informação fiável na conclusão dos trabalhos.

Estes técnicos são uma garantia para a administração maximizar a economia, a eficácia e a eficiência das operações, sem pôr em causa a sua independência e competência, estando constantemente a realizar auditorias contemplando os diversos sectores da organização.

Porque a temática de prevenção e de detecção de fraude está indelevelmente ligada à auditoria interna, destaca-se o quadro seguinte. A sua apresentação tem como o objectivo primordial verificar se as respostas obtidas através do questionário no ponto III, “A Importância da Auditoria Interna”, fortalecem o mesmo. O referido quadro foi extraído da revista do IPAI, em que se refere à Importância da Auditoria Interna nas organizações, através dos resultados obtidos.

A Importância da Auditoria Interna (146)	Categorias		Resultados %
	Prevenção de Fraude	Nada Importante	
Pouco Importante			2,7
Indiferente			2,7
Alguma Importância			24,0
Muito Importante			70,5
Detecção de Fraude	Nada Importante		0,0
	Pouco Importante		2,1
	Indiferente		3,4
	Alguma Importância		38,4
	Muito Importante		56,2

Fonte: Revista do IPAI, Outubro/Dezembro de 2014

2.5.1 Auditoria Financeira

Relativamente a esta auditoria, o seu objectivo principal é o de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, permitindo divulgar uma informação verdadeira e apropriada aos interessados.

No entanto, para que se obtenham tais resultados, existe um trabalho minucioso a ser realizado. Em simultâneo, o auditor deve ter conhecimento dos riscos inerentes.

No decorrer do trabalho de auditoria, o auditor irá verificar a veracidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. Para esse efeito, é também realizada uma

circularização dos intervenientes externos e internos. Do mesmo modo, relativamente aos valores existentes em bancos, o auditor analisará as reconciliações bancárias. De um modo geral, o auditor verifica a aplicação das normas e procedimentos da organização e simultaneamente confirma se estão a ser adoptados os procedimentos contabilísticos geralmente aceites (PCGA).

2.5.2 Auditoria Operacional

Este tipo de auditoria abrange, como o nome indica, todas as áreas operacionais da organização.

Nela se revêm todas as políticas e procedimentos adoptados pela organização verificando a sua conformidade com os objectivos pretendidos. Compreendem também a parte financeira, num eventual enviesamento dos valores referidos nas demonstrações financeiras, subavaliados ou sobreavaliados.

2.5.3 Auditoria da Qualidade

Esta auditoria serve para verificar os cumprimentos dos standards definidos pelos responsáveis.

A administração, aprova as normas, procedimentos, estratégia e os objectivos pretendidos. Posteriormente é feita a verificação de que todos eles são cumpridos.

A conjugação atrás referida pelos diversos sectores, resulta numa melhoria de economia, eficácia e eficiência da entidade. No entanto, este resultado pode não surgir a curto prazo. A auditoria interna através da sua supervisão, pode propor determinadas alterações. Porém, a determinação dos objectivos da organização deve ter em conta o tipo de sector de actividade e determinar os pontos mais críticos, sendo que estes irão necessitar de uma intervenção mais profunda, conjugando as informações que advêm do exterior e interior da organização.

No fundo, a auditoria de qualidade tem o objectivo de criar uma boa imagem e elevar a sua reputação no interior e exterior da organização, garantindo uma segurança para os seus utilizadores. Esta qualidade será reflectida para o exterior através de símbolos de certificação que serão referidos mais à frente.

2.5.4 Auditoria de Gestão

Relativamente a este tipo de auditoria, esta é direccionada, como o seu nome indica, para a gestão. Assim, o objectivo baseia-se na verificação, análise e reporte dos objectivos conseguidos, pelo que é normalmente solicitado por empresas familiares e sociedades anónimas.

Esta auditoria permite aos accionistas verificarem se o órgão de gestão vem tomando as atitudes correctas em relação ao tipo de negócio, na melhoria dos sectores críticos, garantindo melhorias ao nível da economia, eficácia e eficiência da organização.

2.5.5 Auditoria Forense

A Auditoria Forense, tem por base dois tipos de situações: a fraude e/ou erros. A fraude, é uma situação que produz graves prejuízos na organização. Este prejuízo é, em regra, produzido por alguém que tem conhecimento da situação e actua em benefício próprio.

No erro, a pessoa que o produz desconhece a situação mas, após a sua rectificação e explicação deixa de ter qualquer desculpa, passando da fase de erro para fraude. No entanto, o erro é mais facilmente detectável aos olhos de um auditor do que a fraude. Em qualquer destas situações, o auditor deve ter um elevado conhecimento sobre os procedimentos contabilísticos geralmente aceites e inúmeras matérias, por forma a conseguir investigar e detectar, sendo certo que nestas situações, a característica da materialidade é irrelevante para o seu trabalho.

Ambas as situações traduzem um enviesamento da informação financeira para os seus utilizadores, nas demonstrações financeiras. Este enviesamento pode reflectir-se através da subvalorização dos passivos e gastos ou na sobrevalorização dos activos e réditos.

2.5.6 Auditoria Ambiental

Relativamente a esta auditoria, a sua relação com a organização e com o meio ambiente traduz-se numa forma de garantir uma protecção do mesmo, isto é, minimizar os riscos, nomeadamente emissão de poluição através de gases ou líquidos utilizados por este e outros sectores de actividade para a atmosfera e solo, respectivamente.

Esta redução de poluição pode-se designar por “amizade ecológica”. Esta, permite criar uma boa imagem e reputação da entidade com as zonas urbanas envolventes e com todos os seus utilizadores mas, para que isso aconteça, torna-se necessário que a organização cumpra toda a legislação em vigor (seja ela nacional ou internacional).

De certa forma, a auditoria ambiental está interrelacionada com o tema do trabalho. De facto, o sector dos transportes é dos grandes influentes negativos no meio ambiente. Esta influência negativa é originada pela elevada emissão de gases para a atmosfera e pelo derrame frequente de líquidos dos motores para o solo.

Este derrame origina infiltrações para o subsolo e que posteriormente se vai reflectir nos alimentos através das linhas de água. Estes factores prejudiciais para a saúde pública, são os grandes objectivos que a auditoria ambiental pretende reduzir mas, para tal acontecer, as organizações devem trabalhar em simultâneo com a auditoria.

Este trabalho em conjunto produz benefícios a médio e longo prazo, através do reconhecimento da organização pela imagem e reputação de amigo do ambiente, pelas zonas habitacionais.

No entanto, também tem um efeito negativo no curto prazo/imediato, ao colocar as empresas deste sector nos tribunais - processos-crime e aplicação de coimas no imediato através das respectivas autoridades que estão no terreno a verificar todas as anomalias existentes nesta frente.

2.5.7 Auditoria Interna

A auditoria interna é uma actividade que tem vindo a desenvolver-se rapidamente a nível mundial, e tal está implícito no engrandecimento das actividades económicas.

Esta ascensão originou a criação de um instituto próprio, que acolhe os seus profissionais e em simultâneo lhes proporciona orientações técnicas a nível mundial de modo a estabelecer regras universais.

Como já foi indicado, foi criado em 1941, o “*Institute of International Auditors*” (IIA), que emite as normas internacionais de auditoria e que também se pode chamar de “Casa Mãe” da auditoria interna. Após este, surgem, como extensão, outros institutos dispersos pelos

diversos países, entre eles, o *Instituto Português de Auditoria Interna* (IPAI), em 1992 e a partir de Dezembro de 2005, oficialmente como um *National Institute*, com a designação de IIA, citado por fonte do IPAI em 2012

Em 1978, o IIA, emite as primeiras normas de Auditoria Interna – “*Standard for the Professional Practice of Internal Auditing*”. Em 1981 é emitido o primeiro upgrade das referidas normas e em simultâneo, é elaborado um código de ética para a profissão. No decorrer destes anos, esta actividade tem vindo a sofrer constantes actualizações na sua definição, bem como na sua especificidade.

Actualmente a auditoria interna, é sistematicamente aplicada nos diversos sectores da actividade económica, no interior das organizações, pelo que desta forma, tem vindo a sofrer um rejuvenescimento constante ao nível da sua definição e da sua aplicação.

A auditoria interna tem vindo, ao longo dos tempos, a alargar a sua abrangência, o caso da economia, da eficácia e da eficiência ou 3E's. Estes pretendem em conjunto melhorar a organização em termos operacionais e financeiros.

Posteriormente surgiu a ética e a deontologia profissional, a equidade, bem como o environment (meio ambiente). Este, apesar de não implicar nos resultados do capital, produz efeitos nocivos nas condições de sobrevivência da organização através da reputação, condições sociais e ecológicas.

A existência da auditoria interna numa organização é uma garantia para a sua direcção, pela forma como a irá apoiar no decorrer da sua governabilidade através de meios que possibilitem a melhoria no desenvolvimento e crescimento da mesma. Tais meios estão relacionados com avaliações de riscos que suportam no decorrer da sua actividade produtiva.

Outro objectivo que a auditoria interna deve privilegiar na organização baseia-se no cumprimento e avaliação das normas e procedimentos, tal como a legislação no país onde esta esteja implementada.

No entanto, o exercício desta profissão, exige a todos os auditores internos que tenham sempre presente o seu código de ética. Este exige integridade através da imparcialidade, honestidade, responsabilidade e como já foi dito, cumprir os objectivos a organização.

Relativamente à objectividade, o auditor interno não se pode deixar influenciar por outros, para tal surge a independência do mesmo, como refere Geada (2014, 10):

“ – A auditoria Interna deve ter acesso total, livre e sem restrições a qualquer função ou actividade e informação/documentação.

– Nenhuma função ou actividade organizacional deve ser considerada externa ao âmbito de análise da auditoria interna.”

“ – Regulamentação do mandato de Auditoria Interna por enquadramento legal.

– Linhas de reporte a organismo(s) de supervisão exterior à Organização/Empresa.”

De acordo com as duas últimas citações de Geada (2014), a auditoria interna pode fazer muita diferença no desenvolvimento da organização e aproveitamento de recursos.

Relativamente à terceira, “Regulamentação por Enquadramento Legal” ela origina que sejam tomadas algumas medidas, ignorando a falta de meios operacionais para a execução dos mesmos. Estes dois últimos aspectos também são mencionados no inquérito, no III capítulo mais concretamente no ponto 19 do questionário.

Desta forma, o desempenho desta função deve ser realizado por pessoas que tenham competência, através do conhecimento, proficiência, sendo que a experiência será adquirida ao longo do tempo e consoante as situações que vão surgindo, pelo que no decorrer da sua actividade profissional deve ter sempre presente que deverá actualizar-se sistematicamente.

2.5.7.1 Caracterização dos Auditores

Dado o tema eleito para esta dissertação, pensei de forma importante em sistematizar, para os aspectos contemplados no questionário, aquilo que a teoria refere sobre cada um deles. Assim:

A realidade mostra que os Auditores Internos se distribuem de um modo mais ou menos homogéneo, com um crescimento de senhoras na profissão, que reflecte aquilo que tem vindo a acontecer no ensino superior, nesta área. Todavia, o número de pessoas do género

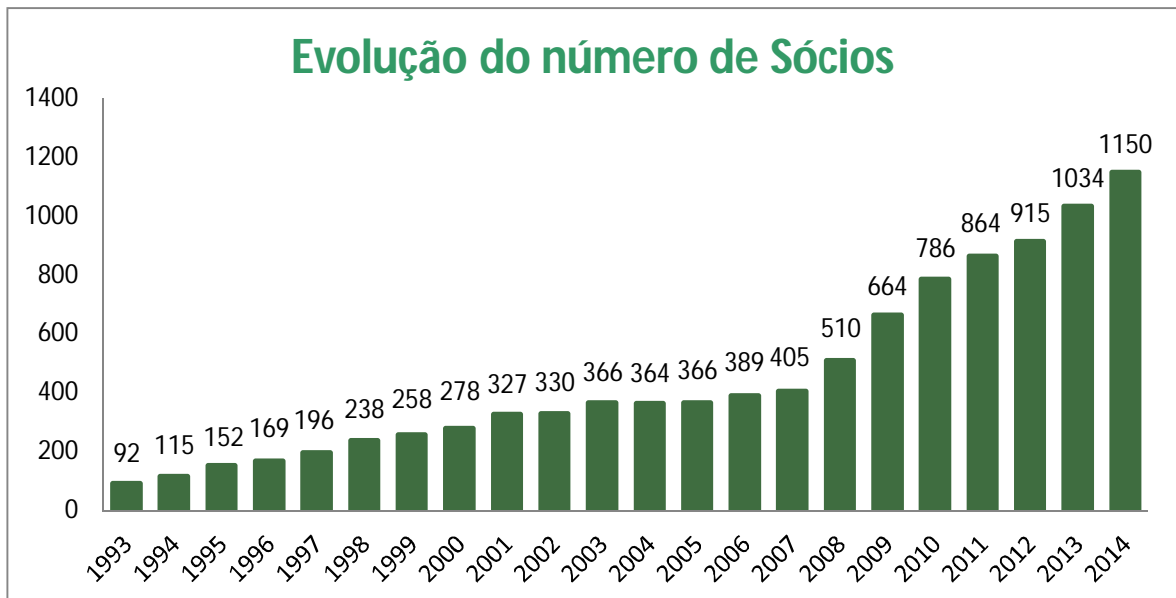
feminino que ocupa funções de liderança ainda é baixo – uma honrosa exceção é a Senhora Doutora Fátima Geada, Presidente de Direcção do IPAI e responsável pelo DAI da ANA – Aeroportos de Portugal.

Em simultâneo, as habilitações literárias exigidas na data de admissão são cada vez mais elevadas – em linha com as empresas de auditoria externa que têm vindo ultimamente a recrutar apenas licenciados/mestres.

Predominantemente a auditoria interna é exercida por pessoas da própria organização, mas as empresas de auditoria externa têm vindo a incrementar as suas vendas de “serviços de auditoria interna”, normalmente através dos seus departamentos de consultoria, sendo em alguns casos, apenas:

- na fase de criação;
- ou para responder a necessidades específicas.

É evidente a importância crescente que a auditoria interna tem vindo a ter em Portugal. Para melhor entender, basta verificar a evolução do número de membros do IPAI, desde a sua implementação até ao ano transacto, como se pode observar pelo gráfico seguinte:



Fonte: IPAI

Dos cursos de licenciatura e de mestrados em que aparece a cadeira de “Auditoria Interna”, o ISCAL é líder.

2.5.7.2 Entidades Auditadas

Não havendo, do meu conhecimento dados relativos a Portugal que permitam caracterizar a situação, com recurso a informação abrangendo os EUA, apresenta-se no seguinte quadro, (para o qual se solicita a adequada compreensão dado tratar-se de um país cuja realidade económica não se compara com a de Portugal):

Nº Auditores Internos por US\$ (Milhões)	
13,6	10 Vendas
17,1	10 Activos Brutos
1	1000 Auditados

Custo do Dep. Auditoria Interna (US\$)	
0,7	1000 Vendas
1,1	10000 Act. Brutos

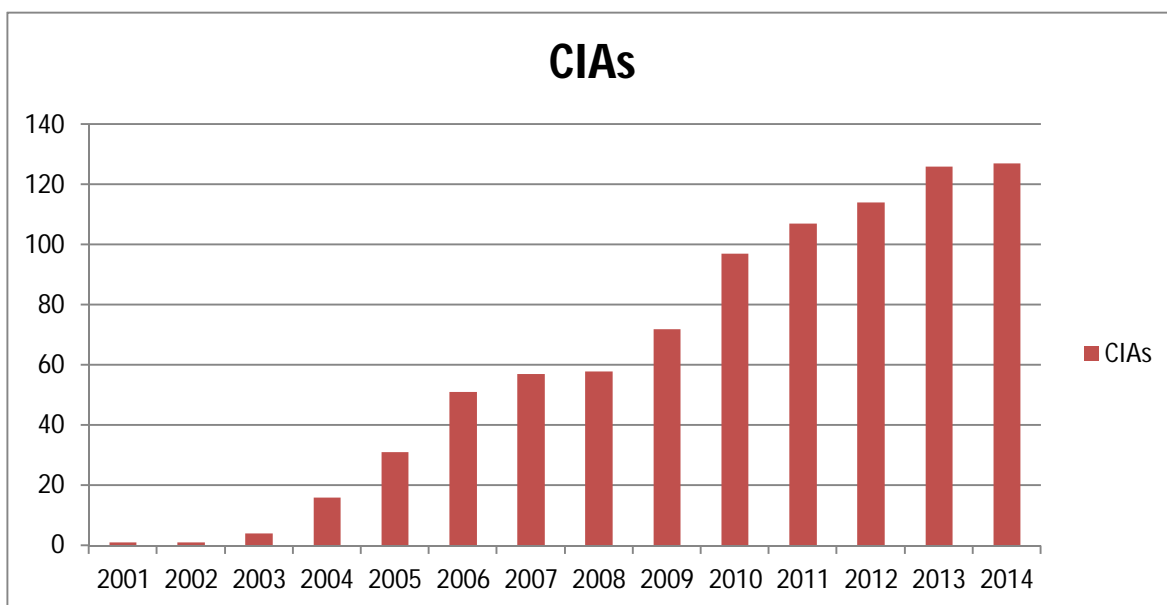
Repartição dos Custos de Auditoria %	
Interna	57
Externa	43

Fonte: Brink's Modern Internal Auditing

Relativamente ao número de entidades que possuem certificações – Qualidade, Ambiente, Segurança, etc – é crescente em Portugal, nomeadamente por razões comerciais ou para responder à concorrência.

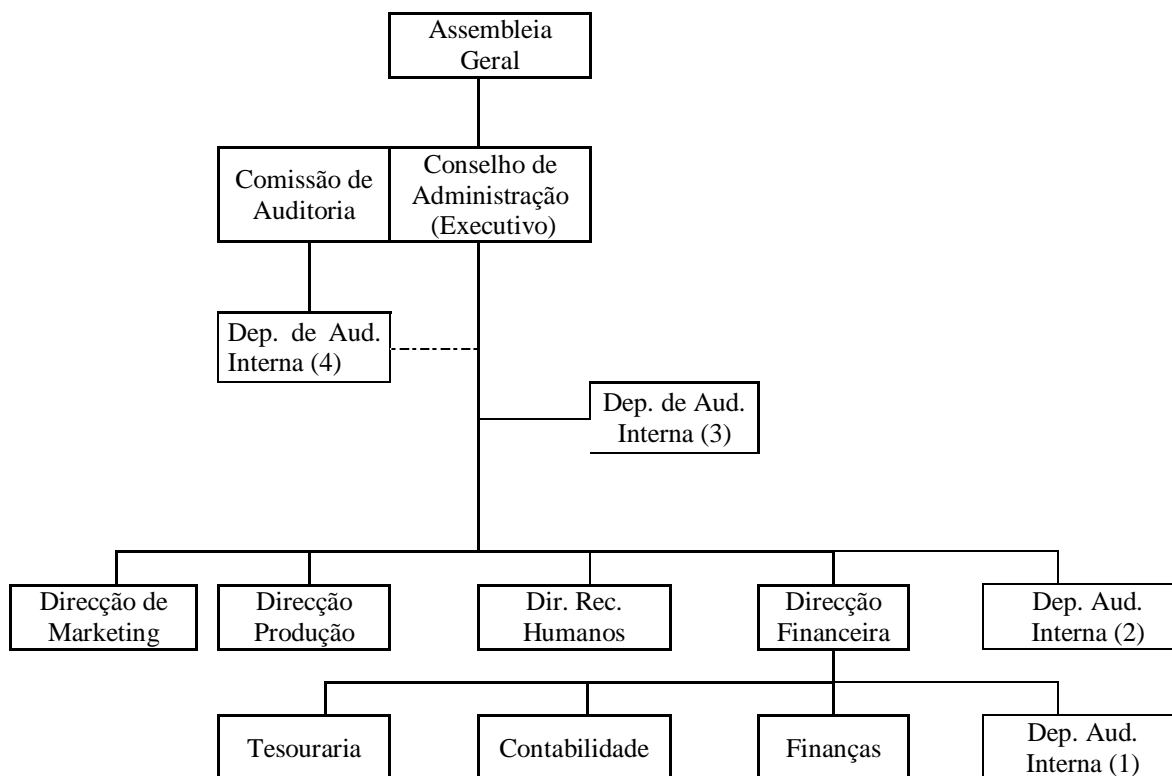
Em simultâneo, também tem vindo a aumentar o número de auditores internos que realizam provas para obter certificações do IIA, sendo a mais relevante a de Certified Internal Auditor (CIA). Relativamente a estes, os dados que o IPAI dispõe são desde 2001

a 2014, conforme o quadro seguinte:



Fonte: IPAI

Um outro ponto importante tem a ver com a posição do departamento de auditoria interna na organização, historicamente tem-se:



Fonte: Apontamentos de Auditoria Interna e Operacional

Em síntese, durante muitos anos o Departamento de Auditoria Interna, doravante DAI, dependia do Director Financeiro (1). Por razões compreensíveis, o departamento evoluiu, ficando como um órgão operacional (2) mas, pela sua natureza de staff, foi recolocado na organização (3), que ainda hoje é comum a muitas entidades, reportando directamente ao Presidente ou ao Vice-Presidente (área financeira).

Todavia, os escândalos financeiros ocorridos levaram/impuseram a criação de Comissões de Auditoria (4), passando o DAI a responder directamente a esta Comissão, sem dispersar a informação para a Administração Executiva. Este reporte, tem como objectivo principal o de garantir a sua independência na actividade cumprindo com a responsabilidade.

Finalmente, em termos de avaliação da qualidade da auditoria interna, as normas internacionais tornaram-na obrigatória, pelo menos a cada cinco anos, embora na aplicabilidade real em Portugal ainda seja muito diminuta.

2.6 Riscos

Quando se fala de riscos, fala-se na possibilidade de algo que pode influenciar negativamente um negócio na organização. Esta influência negativa tem surgido com demasiada frequência nos últimos anos, mas não só influencia os negócios, como tem surtido um efeito devastador nas famílias. Foi elaborada legislação de controlo específica, tendo em conta as responsabilidades a apurar e a reforçar novamente a garantia e confiança dos investidores, Lei de SOX, COSO e COSO-ERM.

2.6.1 Tipos de Riscos

Quando se fala de tipos de riscos em auditoria, faz-se referência a inúmeras situações que estão relacionadas com a actividade da organização e/ou sector de produção. Tais riscos influenciam o desenvolvimento e crescimento das entidades, provocando distorções materiais nas demonstrações financeiras.

Para evitar esta influência negativa, a auditoria (interna) e os responsáveis de cada sector passaram a realizar análises aos diferentes riscos, estabelecendo os riscos específicos de cada sector através de listagens próprias. Após esta análise, será determinado qual o risco

de auditoria. Este risco é decomposto em três níveis: Risco Inerente, de Controlo e de Detecção.

O primeiro tem a ver com a possibilidade de distorção da informação financeira, que pode estar relacionada com erros, fraudes ou omissões. No entanto, este risco acompanha sempre a actividade da organização, quer seja na produção ou nos negócios. Para tal, a auditoria estabelece um nível de risco mais elevado, de modo a preparar-se para eventuais desvios que possam acontecer.

No segundo nível, o risco de controlo estabelece uma relação com o anterior, pois neste caso a organização deve ter todos os meios de controlo adequados e disponíveis à sua actividade. Este respeita à capacidade dos gestores desenvolverem as acções necessárias a controlá-lo. Esta prevenção e detecção são benéficas à organização, evitando a distorção da informação financeira, garantida através de um controlo eficaz e eficiente.

Por último, o risco de detecção. O auditor aplica os procedimentos necessários, de modo a evitar as possíveis situações de risco, e nestes, as amostras são de maior dimensão para minimizar as possibilidades de distorções.

No entanto, existe sempre a possibilidade do risco não ser detectado por falta de conhecimento ou experiência do auditor.

2.6.2 Lei de SOX

Esta Lei, cujos contributos mais relevantes foram dados por *Sarbanes e Oxley* (Lei de SOX ou SOX), surgiu nos EUA em 2002 e o seu objectivo principal foi a de regular e responsabilizar as administrações pelos diversos escândalos financeiros que surgiram e que se expandiram para outros continentes, como um vírus.

No entanto, a lei de SOX apenas se torna imperativa para as organizações que estão cotadas na bolsa de valores dos EUA. Esta obrigatoriedade exige que no final de cada ano fiscal, seja emitido um parecer técnico pelo auditor externo, reportando as diversas provas de que o sistema de controlo interno implementado está atento a possíveis enviesamentos das demonstrações financeiras.

Assim, SOX estruturou a lei em secções, a saber: 302, 401, 404, 409 e 802.

Relativamente á secção 302, o seu objectivo é o de garantir que o órgão de gestão assume as suas responsabilidades na emissão da informação financeira, de forma verdadeira e apropriada, evitando subavaliações ou sobreavaliações das demonstrações financeiras. Esta situação obriga o órgão de gestão a elaborar um relatório técnico juntamente com as demonstrações, em que é feita referência ao controlo interno, indicando todos os pontos fracos. De um modo geral, esta secção exige transparência no controlo interno.

Seguindo o objectivo da transparência, a secção 401 vem determinar que todos os princípios contabilísticos, devem ser colocados em prática, para passivos, activos e transacções, sem qualquer tipo de exclusão, pois só deste modo se garante que a informação financeira seja verdadeira e assim os utilizadores possam utilizá-la para futuras decisões de investimento.

No entanto, para garantir a veracidade da informação financeira, a secção 404 estabelece que seja emitido um parecer sobre as demonstrações financeiras e, simultaneamente, sobre o controlo interno da organização. Tal parecer sobre o controlo interno, deve ser suportado por testes e procedimentos efectuados, garantindo a eficácia e eficiência, sendo elaborado por um auditor externo à organização.

Após a verificação, análise e possíveis correcções das demonstrações das financeiras e do controlo interno, as organizações devem fazer uma divulgação dos seus resultados perante os seus utilizadores – secção 409. Estas devem ser tratadas e apresentada de modo que qualquer pessoa entenda. Para que tal aconteça, o utilizador deve ter um conhecimento básico sobre o relato financeiro, pois só desta forma percebe a sua apresentação e informação.

Finalmente, a secção 802 contempla a utilização indevida da informação financeira em proveito próprio, através das valorizações ou desvalorizações, de activos ou passivos, fraudes, conclusões, desvios de informação ou de registos, alterações contractuais, obstrução de investigações ou qualquer outra forma de dissimular as demonstrações financeiras. Assim, após a compreensão das secções, percebe-se que SOX pretende que as mesmas coloquem mais responsabilidades aos órgãos de gestão e auditores.

A lei de SOX veio abrir as portas para a implementação de uma nova responsabilidade nas organizações, a *Corporate Governance* (CG), analisado mais à frente no trabalho.

No entanto, com o desenvolvimento das áreas das tecnologias de informação e o sector financeiro, a auditoria teve que seguir o mesmo percurso e para tal, surgiram novas legislações para as áreas atrás mencionadas, o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*) e o BASILEIA (*Banking Supervision, Internal Control Systems, framework for Internal Control Systems in Banking Organisations*), respectivamente.

Apesar da existência de sistemas de tecnologias de informação e do sector financeiro serem aplicados às organizações, as suas divulgações relativamente ao COBIT e BASILEIA não serão objecto de desenvolvimento neste trabalho, pelo motivo de pertencerem a sectores específicos.

2.6.3 COSO

O modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), também designado por Internal Control – Integrated Framework, surgiu em 1992.

Ele tem vindo ao longo destes anos a ser actualizado para fazer face às diversas situações que têm surgido nas organizações. Estas são normalmente detectadas pela auditoria interna e posteriormente são reduzidas ou corrigidas através de meios próprios pelo órgão de gestão.

Este modelo, tendo em conta as preocupações das organizações em certificações, controlo, governance e gestão de riscos, tem objectivos ao nível das operações, do reporting e do compliance.

Relativamente às operações, o seu objectivo é o de garantir uma maior eficácia e eficiência dos recursos existentes, de modo a evitar qualquer tipo de prejuízo, enquanto no reporting predomina toda a objectividade pretendida por SOX – a transparência. Por último, no compliance o objectivo é o de que todas as organizações cumpram a legislação laboral, ambiental, fiscal, normas e procedimentos da organização.

No entanto, os objectivos atrás mencionados são supervisionados através de cinco características, que constante e simultaneamente se relacionam entre si, de modo a garantir uma maior eficácia, eficiência e rigor no desenvolvimento da organização. São elas: a monitorização, a informação e comunicação, o controlo de actividades, a avaliação do risco e o controlo ambiental.

Em relação à monitorização, o seu objectivo primordial é o de verificar se todas as normas e procedimentos pretendidos pela organização, no decorrer da sua actividade, são cumpridos.

Num possível incumprimento das mesmas, a auditoria comunica com o órgão de gestão, informando-o das consequências. Este feedback de comunicação na organização é denominado por top-down e bottom-up.

Assim, este feedback só existe perante um controlo sofisticado das actividades operacionais, através de um controlo do risco existencial eficaz, podendo estes riscos ter origem em fontes externas ou internas. Este controlo, se for eficaz, possibilita um ambiente sustentável na organização.

No entanto, neste modelo também existem limitações, em que mediante os tipos de riscos associados à sua actividade, a organização tem que adequar o controlo interno tendo em conta os seus objectivos. Esta adequação, ao ser tomada apenas com base na opinião da gestão, pode produzir um efeito negativo para a organização, pois esta deve ser realizada numa base sustentável de dados concretos, comunicados pela auditoria interna.

Tal comunicação não está isenta de erros, pois estes também podem surgir de fontes externas e internas à organização, através de conluíus, conseguindo ludibriar o controlo interno.

2.6.4 COSO - ERM

Após o surgimento do COSO em 1992, as organizações foram-se deparando com outras situações, obrigando-as a diferentes formas de preparação. Deste modo, surge em 2004 o COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management*). Este pretende identificar eventuais incertezas e riscos nas organizações, pois só dessa forma poderão geri-las e garantir a razoabilidade nos seus objectivos estratégicos, quer sejam entidades públicas, quer privadas.

Assim, o COSO-ERM tem um acréscimo de objectivos em relação ao COSO, passando a ter quatro objectivos: a estratégia, as operações, o reporting e o compliance. Relativamente à estratégia, as entidades devem reorganizar todos os seus objectivos para garantir que quaisquer incertezas não influenciam o seu desenvolvimento e lucro. Para garantir esta

estratégia, foram criadas três novas características: identificação de riscos, resposta ao risco e definição dos objectivos, sendo que estes se interligam com as existentes no modelo anterior, o COSO.

Esta interligação permitirá gerir em paralelo os objectivos estratégicos da organização face a eventuais riscos que possam surgir.

2.6.5 Riscos do Sector

Compreensivelmente, cada sector tem riscos específicos que importa considerar.

Deste modo, nas organizações as auditorias deverão ser realizadas sempre que se justifique. De facto, existem situações em que muitas vezes se tomam decisões ao nível da exploração que não têm qualquer suporte racional para a sua aplicação e tal pode influenciar a imagem da organização e as suas demonstrações financeiras.

As decisões a que me refiro são, no sector em análise, de criação ou alteração de percursos que, em inúmeras vezes não trazem qualquer benefício para a organização, nem para os seus utilizadores, apenas se traduzindo num desgaste mais acentuado de material, combustível e, em especial, quando as organizações não tem recursos humanos suficientes para se proporem a tais alterações, obriga impreterivelmente ao pagamento de horas extraordinárias.

No entanto, existe outra situação relevante: por vezes estas organizações prestam o seu serviço em locais onde ocorrem problemas de segurança, com agressões verbais e físicas, vandalismo e assaltos, que são situações extremamente graves.

Outro aspecto a que estas organizações estão sujeitas, relaciona-se com a existência de desperdícios ao nível da manutenção, através da poluição do meio ambiente, isto é, a falta de manutenção dos veículos pelo motivo da sua intensa utilização, originando perdas de líquidos a que as viaturas estão sujeitas ao final de algum tempo de utilização.

Tal desperdício reflecte-se nos elevados custos que as organizações suportam. Deste modo, perante tais situações justifica-se a inclusão de auditorias pontuais. Após a sua realização, estas organizações podem possivelmente garantir as respectivas certificações, pelo que só depois se deve passar para as auditorias sistemáticas.

Neste caso, elas pressupõem que já tenham sido aplicadas as diversas alterações de modo a garantir o pleno funcionamento dos serviços. No entanto, devem ser realizadas com algum espaçamento entre elas, de modo a proceder-se a determinadas correcções que vão surgindo no decorrer dos tempos.

Contudo, existe uma auditoria que é obrigatória por lei, isto é, a inspecção periódica que é feita anualmente a todos os veículos nos Centros de Inspeção. Porém, esta inspecção apenas verifica alguns pontos dos veículos definidos por lei, pelo que parte das situações lhes passa ao lado, conscientemente ou não.

Este tipo de inspecção não substitui o trabalho da auditoria interna, nem garante a qualidade, a operacionalidade, nem a imagem da organização, pelo que em minha opinião os trabalhos de auditoria realizados deveriam ter uma periodicidade mínima de doze meses, tendo em conta a especificidade deste sector.

Se alguns dos trabalhos realizados pela auditoria tivessem o objectivo de atribuir certificações, o espaçamento deveria ser entre seis a doze meses, tendo em conta a especificidade do sector.

No entanto, as auditorias inicialmente realizadas teriam que ser contínuas. Estas auditorias consistem em monitorizações de todos os intervenientes e actividades relacionadas com o seu desenvolvimento, pois apenas desta forma se pode elaborar um plano de contenção de custos permitindo uma aplicação mais eficaz de medidas de melhoria de imagem, perante os utilizadores.

O universo dos transportes, tal como outros diferentes sectores de actividade, comportam vários tipos de riscos. A sua gravidade está relacionada com a sua actividade económica: a emissão de gases. Estes necessitam de ser regulados de forma a limitar a sua expansão, sendo aproximadamente 65% emitidos pelos transportes públicos urbanos e 35% através da deficiente eficiência energética dos edifícios, provocando o tão conhecido Efeito de Estufa.

Porém, estes riscos, independentemente da sua gravidade e de quem os emite, não deixam de ser extremamente prejudiciais para o meio ambiente, para a saúde e até influenciam as demonstrações financeiras das organizações. Relativamente à sua quantificação, estes

riscos são extremamente difíceis de mensurar, pois a actividade dos transportes tem inúmeras situações que, por vezes, se torna quase impossível de quantificar, como as perdas de produtos líquidos, componentes líquidos de motores, de caixa e de direcção, que diariamente vão perdendo ao longo dos itinerários.

Assim, estas perdas diárias, se forem contabilizadas, traduzem-se num custo associado e que muitas vezes é elevado, que as organizações desconhecem, mas que se forem controlados o mais próximo possível da realidade, podem reduzir drasticamente os défices das organizações.

Todavia, a contabilização destes custos, pode tornar-se difícil tendo em conta que podem existir factores associados, em que:

- O órgão de gestão pode estar interessado na sua contabilização, mas pode não indicar correctamente todos os valores necessários e, desta forma, o auditor não tendo conhecimento específico, pode indicar uma informação que vai de encontro ao pretendido pelo órgão de gestão;
- O auditor pode não ter experiência suficiente e limitar o objectivo da auditoria;
- A poluição também se torna difícil de quantificar em termos contabilísticos, pois a sua divulgação relaciona-se muitas vezes através do julgamento profissional;
- A informação prestada pelo sector operacional pode não ser a mais correcta, originando desvios nos relatórios enviados para a administração e na quantificação do desperdício total.

2.7 Value for Money

Após ter feito anteriormente referência aos tipos de auditoria, riscos e subsequentemente aos dois modelos de controlo do COSO e COSO-ERM nas organizações e à SOX que trouxe maior responsabilidade aos órgãos de gestão e auditores através da transparência e rigor nas demonstrações financeiras, é altura de abordar, o “Value for Money”, doravante VFM.

Este deve ser referência em organizações de capital público, privado ou misto. No entanto, como desempenho funções numa organização de capital público, irei incidir mais nessa análise.

O VFM em organizações privadas obtém uma atenção redobrada, pelo motivo de a empresa depender da própria produtividade, para garantir a sua sustentabilidade, crescimento e, através da obtenção dos cash-flows, fazer face a possíveis situações de carência financeira.

Relativamente às organizações de capital público, a situação torna-se diferente, em alguns aspectos, apesar da auditoria interna neste tipo de entidades estar a progredir, relativamente a alguns sectores de actividade, como refere Geada (2014,10):

“...a função Auditoria começa a dar os seus primeiros passos e onde a mais-valia efetiva para as organizações tem um potencial relevante, refiro-me ao Sector da Saúde, aos Municípios e às Instituições do Ensino Superior (Universidades e Politécnicos):”

Assim, nas organizações públicas do sector dos transportes de passageiros, a maioria do seu cash-flow deriva de transferências estatais, sendo o restante originário da sua actividade económica.

Tal como este sector, existem outros que recebem fundos estatais: são exemplos a educação, a saúde e a segurança, para garantir a sua funcionalidade.

No entanto, a operacionalidade dos serviços referidos são limitados pelo excesso de burocracia e na sua maioria não se encontram em condições de decidir convenientemente e no seu interesse, a forma de como angariar fundos extraordinários, para criar condições de alguma auto-sustentabilidade.

Em relação à segurança, a distribuição dos valores derivado de multas em partes iguais pelos dois intervenientes, podia ser uma fonte de receita para garantir a sua operacionalidade e eficácia.

Em contrapartida, as empresas de capital privado no sector dos transportes são as que maiores benefícios adquirem através das transferências estatais. O seu encaixe estatal deriva da percentagem de uma prestação de um serviço realizado às populações através do

seu passe social, sendo que esta prestação, tem o mesmo nível de qualidade que os serviços de capital público.

Estas situações influenciam negativamente o bom funcionamento dos serviços públicos, através da discriminação feita pelo estado, não podendo competir ao mesmo nível e não garantindo a economia, eficácia e eficiência que deve prevalecer no interesse nacional.

Assim, quando se fala de economia, estes objectivos podem ser alcançados com redução dos custos. Tal redução não pode influenciar o funcionamento dos restantes serviços, em que estes podem ser alcançados através de uma reestruturação, para garantir a eficácia.

No entanto, quando se fala de reestruturar, tal não implica despedir, mas passar a exercer novas funções em sectores diferentes, com polivalência dentro da mesma função. Deste modo, para alcançar a eficácia, todos os seus intervenientes devem estar na predisposição de ocuparem novas funções na organização, implicando simultaneamente, reciclagem/formação.

Estas, têm como efeito de aumentar a qualidade do serviço, mas para que isso aconteça, também devem ser criadas melhores condições para a produtividade, eliminando as divergências no capital humano, a eficiência. Assim, a economia e a eficiência estão interligados, à eficácia.

Estes três princípios que formalizam o VFM podem ser alcançados desde que os recursos se caracterizem por competência, rigor, objectividade, transparência no relato financeiro e, acima de tudo, boa comunicação entre os diversos sectores.

Apesar das características que os serviços e os funcionários do estado deveriam ter na realização da sua actividade, a realidade é bem diferente. Esta é, algumas vezes, comprometida pelos legisladores, através das normas e procedimentos que cada sector impõe. Cada legislador deveria colocar-se na perspectiva do cidadão e do funcionário.

Assim, quando uma organização de capital público solicita a realização de uma auditoria, o respectivo auditor no decorrer da sua actividade encontra diversas limitações no seu trabalho e tal influencia a sua opinião final.

Estas limitações devem-se a uma fraca comunicação entre sectores e recursos humanos, poucas perspectivas de inovação e, acima de tudo, à falta de capacidade de respostas eficazes perante as solicitações que vão sendo colocadas.

De um modo geral, as limitações inumeradas devem-se ao excesso de burocracia existente para solucionar qualquer situação, pois quando se fala de VFM, não se refere propriamente a dinheiro, mas aos pontos-chave de desenvolvimento e melhoria através dos recursos existentes.

Para tal, por conhecimento próprio devem as organizações deste sector criar inicialmente as condições necessárias ao funcionamento das viaturas (manutenção) garantindo a prestação de um serviço de qualidade e, posteriormente adequar formas de controlar todos os seus intervenientes mais directos através de meios próprios.

2.8 A Criação de Valor

Nesta parte deste capítulo, irá ser feita uma breve referência a duas actividades que estão em constante actualização, a Auditoria Interna e o *Corporate Governance*, estabelecendo em simultâneo uma relação entre eles e o modo como se relacionam na interacção com o *Environment* (Meio Ambiente), social e o objectivo principal das entidades, o lucro.

2.8.1 Corporate Governance

Apesar de este tema estar actualmente a causar algum impacto a nível mundial, o facto é que sempre esteve relacionado com as organizações e toda a actividade económica. Desde sempre as organizações necessitaram de ter lucros para a sua continuidade e estes obrigavam os gestores a terem em consideração as opiniões dos accionistas ou dos proprietários, de modo a evitar conflitos de interesses.

Porém, com o decorrer dos tempos, foram surgindo diversos factores que obrigaram os gestores a tomarem certas atitudes de modo a prevenirem erros e fraudes susceptíveis de desequilibrar a rendibilidade e a reputação das organizações.

Para tal, a *Corporate Governance* (Governo das Sociedades) ao ser aplicada, deve também ter em conta a especificidade do tipo de actividade, a dimensão da organização e a experiência dos gestores, porque existem entidades que devido ao tipo de serviços

prestados devem ponderar quem são os seus principais “alvos”, de forma a garantir maior eficácia, pelo que a dimensão da organização pode influenciar de diversas formas os seus intervenientes.

Assim, o *Corporate Governance* tem sofrido constantes alterações, quer na sua definição, quer na sua aplicação. Porém, a não aplicação do *Corporate Governance*, arrasta repercussões a nível mundial como refere Nunes (2013,35):

“...[d]o aumento do desemprego, do trabalho precário e da diminuição dos salários reais e dos direitos dos trabalhadores, do aumento da desigualdade e da exclusão social.”

No entanto, estas decisões estão normalmente de acordo com as diferentes culturas, raças, direitos laborais, pois estes diversos itens não podem ser um impedimento ao desenvolvimento e crescimento da entidade. Assim, o *Corporate Governance*, inclui diversas características, como refere Times e Económico (2005,167):

“ Um bom sistema de “Corporate Governance” é aquele que consegue conciliar controlo e inspiração, visão e inovação.”

Deste modo, a generalidade das empresas que consigam interrelacionar estes elementos, poderão trazer mais benefícios ao nível produtivo através da elevada satisfação dos trabalhadores durante o referido processo, tal como a confiança depositada por estes nos líderes da empresa. Esta confiança foi verificada por um estudo realizado por Margolis e Walsh, citado por Times e Económico (2005;101), que refere:

“ (E)m termos internacionais, os EUA possuem a maior percentagem de gestores que apoiam uma perspectiva exclusivamente do lucro, mas mesmo neste país, essa percentagem nunca subiu acima dos 40%. Noutros países, como o Japão, a percentagem situa-se abaixo dos 10%.”

Assim, perante as diversas situações que têm vindo a ocorrer nas últimas décadas, relativamente à procura incansável e exclusiva do lucro, as organizações têm colocado a responsabilidade social no último ponto da escala.

Surgiu em 1997 a norma SA 8000 – Social Accountability International, que tem o objectivo de combater as desigualdades entre funcionários e, em simultâneo, eliminar

certas discriminações. Porém, pouco ou nada tem sido realizado neste aspecto, pois as desigualdades são cada vez maiores.

Contudo, em 2010 surgiu a ISO 26000 - *Guidance on Social Responsibility* que, traduzindo é, Guia de Responsabilidade Social. Esta ISO, refere (2006:2010;3):

“... (d)esigned to be clear and instructive, even to non-specialists, as well as objective and applicable to all types of organization, including big business, small- and medium-sized enterprises, public administrations, governmental and non-governmental organizations.”

Traduzindo de uma forma livre este excerto da norma, a responsabilidade social deve ser entendida mesmo por elementos não especializados, cujo objectivo principal será aplicável a todos os grandes negócios, independentemente da dimensão das organizações, administração pública, organizações governamentais ou não-governamentais.

De um modo geral, verifica-se que a ISO 26000 não é uma certificação, mas uma orientação que pretende complementar algumas normas já existentes da ISO 9001. Para isso, pretende-se que sejam tomadas certas medidas favoráveis ao desenvolvimento local, sustentabilidade da organização, respeito pelos utilizadores, evitando-se a discriminação entre funcionários, independentemente da sua orientação pessoal e, em simultâneo, imputar-lhe responsabilidade, tal como o impacto causado.

Em sequência desta norma internacional, surgiu a Norma Portuguesa (NP) 4469-1 – Sistema de Gestão de Responsabilidade Social. Os seus objectivos estão relacionados com a sustentabilidade da entidade e social, cumprindo as legislações nacionais e internacionais, a nível laboral, de género e orientação pessoal. Esta NP, ao contrário da ISO 26000, apesar de seguir algumas orientações, é uma certificação.

Esta, para que seja aprovada, tem que demonstrar perante as auditorias que cumprem os requisitos estipulados, a nível operacional, de implementação, de verificação e de melhoria.

Pode-se concluir referindo-se que a existência de um bom *Corporate Governance*, nas sociedades, constitui um excelente benefício, isto é, um activo, no desenvolvimento e crescimento das organizações, em futuros investimentos, no capital humano, e até nas suas

próprias cotações de valores e simultaneamente, contribuindo para um ajustamento das estratégias no desenvolvimento das entidades e do meio local.

2.8.2 A Relação da Auditoria Interna e o Corporate Governance

Quando se fala de Auditoria Interna para algumas pessoas, vem à mente irregularidade, erro ou fraude. Porém, não se deve esquecer que a auditoria tem como objectivo a criação de valor, logo implica também a verificação da aplicação de normas, leis e procedimentos garantindo uma maior economia, eficácia e eficiência das operações.

No entanto, o *Corporate Governance*, sendo também uma actividade muitas vezes ignorada, pelo simples facto de não se reconhecer o desenvolvimento da sua produção, isto é, não se “vê” o output do produto, como em qualquer outro sector de actividade, industrial ou transformadora, mas também se reconhece o seu mérito. A sua existência baseia-se num elevado grau de satisfação e respeito pelos seus colaboradores, implicando um crescimento na produção a longo prazo.

Desta forma, o objectivo do *Corporate Governance* não se baseia apenas nos direitos da empresa e dos seus proprietários, accionistas e restantes intervenientes, como também nas pessoas que interagem directa e indirectamente na sua evolução, evitando qualquer tipo de discriminação de raça, género e culturas.

Contudo, verifica-se que esta actividade tem vindo a ser ignorada ao longo dos tempos, pois as entidades patronais têm vindo a privilegiar os lucros em detrimento da sua Responsabilidade Social.

Assim, a relação entre a Auditoria Interna e a *Corporate Governance*, apesar de serem bastante convergentes na criação de valor para a organização, têm vindo a divergir no seu resultado final, pelo que apenas a Auditoria Interna tem mantido todos os seus objectivos na realização da sua função e na sua independência.

Porém, os objectivos da auditoria interna também são conseguidos, devido ao facto da existência de elevadas contribuições dos diversos departamentos na concretização dos objectivos pretendidos pela organização. Ao invés da *Corporate Governance*, que se tem afastado cada vez mais, do seu objectivo fundamental, isto é, a capacidade dos gestores conseguirem conciliar todos os meios humanos e tecnológicos, no médio e longo prazo,

envolvidos na obtenção do resultado final, prosperidade e elevada reputação da organização.

2.8.3 Aperfeiçoar a Governação através da Auditoria Interna

Como se sabe, as auditorias interna ou externa, tem em comum um objectivo principal, a obtenção de valor. Porém, este objectivo também é o da *Corporate Governance*. No entanto são actividades que ainda não estão totalmente em sintonia, pelo que se ambas trabalharem no mesmo sentido, torna-se mais fácil e mais rápido, o seu alcance. Assim, a relação entre a Auditoria Interna e a *Corporate Governance*, baseia-se em três aspectos principais no desenvolvimento e sustentabilidade de uma organização, tal como Armand Lumens da ECIIA (2013:11), na revista *Future of Corporate Governance*, refere:

“...first line of defence includes business controls, IT controls, contracts and other business processes;

the second includes the business line’s own review of its control mechanisms;

and the third is internal audit, which is the independent layer that checks whether the business self-assurances are right and well set up.”

Traduzindo de uma forma breve, a primeira linha de defesa engloba o controlo do negócio, das tecnologias de informação, contractos e outros processos, numa segunda linha devemos seguir as orientações dos mecanismos de controlo em função do género de negócio e a terceira, a auditoria, visando garantir a eficácia dos negócios.

Perante estes três aspectos, verifica-se que a *Corporate Governance* e a Auditoria Interna, estão relacionadas entre si, pois existem determinados riscos subjacentes às organizações e à sua actividade.

Esses riscos, como já comentado, são os inerentes, de controlo e de detecção. Relativamente aos riscos e relacionando com o tema da dissertação, este sector tem diversos riscos ao nível da segurança, certificações e imagem como foram mencionados no ponto 2.6.5, riscos do sector.

Assim, quando se faz referência a aperfeiçoar a governação através da auditoria interna, pretendo referir que a auditoria interna através de todas as suas técnicas e estudos de

aproveitamento de recursos, pode auxiliar a governação das organizações a melhorar o seu desempenho.

Para tal, devem as entidades disponibilizar tempo e aceitarem as sugestões de quem tem melhor conhecimento do terreno. Estas sugestões têm como objectivo o de transmitir para o exterior uma imagem favorável e aceitável da organização, em que no final o seu órgão de gestão é reconhecido pelo seu bom desempenho.

Contudo, os custos de suporte da auditoria podem ser razoáveis, tendo em conta os benefícios das organizações ao nível de reconhecimento local, ambiental, social e económico.

2.9 A Auditoria Interna, O *Environment* e a Poluição

Nesta parte do capítulo, será explicado a forma como se relacionam em todos os aspectos os itens acima referenciados e a forma como se estabelecem regras, que de um modo geral costumam ser ignoradas em benefício do lucro das organizações. Porém, existem outros benefícios que não podem, nem serão contabilizados: a reputação da organização, a saúde das populações e os desperdícios causados por este tipo de organizações.

2.9.1 O *Environment* e a Poluição

Infelizmente, o meio ambiente, em particular o ar que respiramos, é sempre o primeiro a sofrer as consequências das expulsões dos gases tóxicos emitidos por este tipo de transportes, que posteriormente será transmitido às pessoas, animais e plantas.

A existência de determinados grupos mais críticos e com maior susceptibilidade de ficarem com as defesas reduzidas pela inalação destes gases são as crianças e pessoas com problemas respiratórios, sendo este tipo de problema mais grave junto das grandes áreas metropolitanas onde se geram a maioria destes gases.

Relativamente aos produtos líquidos utilizados neste tipo de transporte, estão os diversos óleos para cada componente da viatura.

A sua utilização diária e intensa origina, na maior parte das vezes, fugas para o solo e conseqüentemente para o subsolo, pelo que estas infiltrações, futuramente serão

direccionadas para as pessoas através da cadeia alimentar. Porém, não são apenas estes efeitos nocivos para a saúde, mas também os efeitos sonoros que são prejudiciais, pois os ruídos emitidos por estes veículos são, por vezes de tal forma elevados que vão provocar a longo prazo problemas auditivos, quer aos passageiros, quer aos funcionários de manutenção e de exploração (motoristas).

No que se refere à emissão de gases, existe actualmente mais legislação para os reduzir e tornar a qualidade do ar mais aceitável. Entre ela, a ISO 14000, refere-se a toda a área ambiental, sendo que na sua sequência, se faz referência a toda a restante certificação e trabalhos de auditoria.

Esta ISO (*International Organization for Standardization*) consiste numa norma internacional que indica que as organizações que possuem este tipo de certificado, comprometem-se a cumprir toda a sua regulamentação, por forma a reduzir o nível de emissão de poluição para o meio ambiente, adquirindo mais reputação no decorrer da sua prestação de serviço, isto é, tornarem-se amigos do ambiente.

Entre estes amigos do ambiente inclui-se a ISO 14001- Sistemas de Gestão Ambiental, que refere que:

“A integração das questões ambientais nos sistemas de gestão das organizações desempenha um papel inquestionável na satisfação das mais variadas necessidades sócio-económicas, ao assegurar a optimização na utilização dos recursos naturais, a protecção do meio ambiente e a redução da poluição, pela gestão do impacte das suas actividades.”

Porém, existem outros tipos de certificações que também estão relacionadas com estas situações, mas que apesar de terem com outra denominação, aplicação e âmbito de trabalhos diferentes, o seu resultado pretendido e final, influencia positivamente as organizações, auxiliando-as também no aumento de produtividade, aceitação do exterior, optimização dos recursos, quer a nível operacional, quer humano. Assim, as diversas certificações aqui indicadas, irão ser apresentadas no decorrer deste trabalho, de acordo com as situações que vão surgindo.

2.9.2 A Influência da Auditoria Interna e o Environment

Ora quando se fala do IPAI, surge também a ideia de auditoria interna e a relação com as diversas auditorias, cursos de formação, de especialização e respectiva certificação dos auditores em certas áreas de actividade.

No entanto, foi criado recentemente um tipo de auditoria que ainda está pouco desenvolvido, a auditoria nos transportes rodoviários urbanos, que é o tema da Dissertação.

Assim, o *Environment* (meio ambiente), também está relacionado com este tema, pois quando pensamos que as empresas de transportes apenas se preocupam com o lucro, não nos devemos esquecer que estas executam a sua actividade num meio urbano e devem ter em conta que diariamente são emitidos gases tóxicos para a atmosfera, bem como produtos líquidos, como óleos do motor, caixa de velocidades e de direcção.

A existência regular de auditorias a este tipo de sector, implicaria, uma suposta redução de situações do género como as multas por motivo de poluição, obrigando as organizações a reduzir drasticamente estes efeitos nocivos, através de medidas de preparação e manutenção dos veículos.

Porém, existem normas nacionais e internacionais que podem ser introduzidas neste sector de actividade, pelo que inicialmente serão realizadas auditorias para verificar se estão reunidos todos os aspectos necessários à sua certificação.

Essa auditoria, designa-se por ISO 14010 - Princípios Gerais para a execução de Auditorias. No entanto, elas apenas podem ser realizadas por auditores certificados, quer internos e /ou externos, a ISO 14012 - Critérios de Qualificação dos Auditores, seguindo todos os critérios definidos pela ISO 19011- Guias de Auditoria Ambiental.

Posteriormente irá ser feita uma breve explicação sobre as diferentes certificações atrás referidas, tal como outras que apesar de não estarem mencionadas, estão interligadas com este tema e que podem auxiliar a gestão destas organizações, na melhoria da eficácia, eficiência e reputação a longo prazo.

2.9.2.1 Certificação de Auditores

A certificação de Auditores é competência reconhecida a uma pessoa que desempenha a função de auditor numa organização. No entanto, essa condição não é suficiente para obter

a certificação. Existem outras necessárias para que seja aceite esse reconhecimento e, entre elas, estão a experiência profissional nesse tipo de actividade, as habilitações académicas, o saber comunicar verbalmente e por escrito. Assim, a ISO 14012 – Critérios Qualificação dos Auditores e as directrizes para a auditoria ambiental, faz referência a todos os principais aspectos a ter em conta na certificação dos auditores em relação ao meio ambiente.

2.9.2.2 Sistema de Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental corresponde a uma ferramenta necessária para o desenvolvimento sustentável de uma organização, que demonstra o respeito pelo meio ambiente através da eliminação ou minimização de poluentes no solo e subsolo.

Para tal, qualquer organização que ostente este símbolo, dá uma certa garantia aos seus utilizadores e trabalhadores. Este certificado também é conhecido pela NP ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

Esta norma, apesar de não discriminar critérios rigorosos na sua aplicação, sugere que sejam implementados critérios mínimos para que a sua aceitação seja viável, entre eles, os determinados pelo órgão de gestão.

Alguns dos critérios também incluem legislação própria, pelo que este sistema obriga a um reporte próprio da sua implementação através de documentação, monitorização e, se necessário, formas de aperfeiçoamento. No entanto, quando uma organização se sujeita a este tipo de certificação, não pode excluir qualquer sector da organização, pois esta exclusão pode induzir em erro a referida certificação a todos os seus intervenientes directos e indirectos.

Quando existe esta certificação numa organização, o órgão de gestão deve comunicar a todos os seus intervenientes os objectivos pretendidos por este sistema e pela gestão, de modo a que mais facilmente seja alcançado ou mantido, pelo que existem outros aspectos relacionados com a norma em relação ao sector.

2.9.2.3 Sistema de Gestão de Qualidade

Após já ter analisado algumas das certificações existentes através das ISO's atrás referidas e respectivas certificações, irei fazer uma breve introdução em relação à NP ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão de Qualidade.

Tal como a norma do subcapítulo anterior, esta não se rege por requisitos específicos, mas por requisitos mínimos, de modo a que seja possível a sua monitorização e respectiva melhoria.

Assim, esta norma pode ser aplicada quer a organizações de capital público, quer de capital privado, pelo que o seu fundamento se baseia na melhoria da qualidade da prestação do serviço, tendo em conta as constantes alterações e adaptações necessárias à satisfação dos seus utilizadores, independentemente da sua dimensão.

Nesta norma, algumas das características subjacentes estão relacionadas com o facto de as organizações conseguirem realizar uma determinada prestação de serviço, tendo em conta a relação de custo-benefício em toda a sua estrutura, quer a nível suficiente de recursos humanos, quer de recursos materiais para as realizações dos serviços prestados aos clientes em que, por algumas vezes, a necessidade pontual de existência de maior número de recursos humanos não seja compatível com a falta de existência de recursos materiais e vice-versa.

Porém, estas situações devem ser monitorizadas e documentadas, para que se possam estabelecer regras de trabalho conseguindo garantir uma qualidade razoável do serviço, tornando-o eficaz e eficiente. Esta norma, tal como todas as outras, necessita frequentemente de acções de aperfeiçoamento. A falta de documentação sobre alguns erros cometidos, e algumas imperfeições, criam maiores dificuldades, em estabelecer medidas de correcção e de prevenção, de modo a que os mesmos sejam evitados no futuro.

2.9.2.4 Sistema de Gestão de Responsabilidade Social

Da mesma forma que se viu que as anteriores normas ISO's tinham determinadas características, esta norma, a ISO 26000 ou a Norma Portuguesa (NP) 4469 – Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, também se relaciona com algumas características das anteriores.

Assim, ela tem como base fundamental o desenvolvimento de cada região independentemente da sua localização geográfica e da sua tipologia de prestação de serviço, aplicando-se a organizações de Capital Público e Privado, qualquer que seja a sua dimensão.

Deste modo, esta norma tenta impor a cada organização a responsabilidade em função dos seus actos e decisões, e que possa influenciar todos os seus intervenientes no decorrer da sua actividade. Porém, se os seus actos ou decisões forem de uma extrema gravidade, a responsabilidade da organização assume tal grau.

Com este objectivo, a norma pretende garantir maior sustentabilidade e desenvolvimento da organização.

Em simultâneo, a responsabilidade social pretende criar motivações a todos os seus colaboradores das organizações onde seja aplicada, de modo a incentivar o aumento de produtividade e a qualidade na prestação do serviço, não se esquecendo que todos os técnicos têm direitos, deveres e obrigações com a organização, da mesma forma que a organização deve assumir uma postura de ética e de transparência na condução da respectiva actividade em detrimento dos valores e objectivos pessoais, criando assim uma imagem credível em torno da organização e reconhecida pelos seus utilizadores.

2.10 Caracterização Geral do Questionário

O questionário enviado para as diferentes entidades, caracteriza-se inicialmente pela fase de conhecimento geral do respondente ao nível da sua idade, género, habilitações académicas e se a sua função está relacionada com a auditoria interna.

Numa segunda fase, o objectivo é obter conhecimento sobre a dimensão da organização, relativamente ao número de funcionários que desempenham funções, independentemente do sector de actividade que estejam agregados.

Simultaneamente fui verificando se tais colaboradores, têm conhecimento sobre a organização onde prestam serviço, relativamente ao tipo de capitais e volume de negócios. Da mesma forma, que pretendo obter informações sobre a existência ou não, de certificações da respectiva entidade e auditor interno.

Na última fase deste questionário, “A Importância da Auditoria Interna no Sector”, pretendo classificar percentualmente as respostas obtidas através de cada grupo seleccionado, auditores internos, empresas de transportes urbanos de passageiros e operacionais destas organizações, independentemente da sua função na organização (administrativos, manutenção, agentes únicos e fiscalização).

Também na última fase supra referida, pretendo quantificar de um modo geral, englobando todas as respostas obtidas, percebendo melhor as opiniões de todos os grupos envolvidos e se todos eles estão em sintonia relativamente à auditoria interna ser uma mais-valia para a organização clarificando as principais preocupações desta actividade.

Deste modo, pretendo saber qual o grau de importância que a auditoria interna tem para este sector de actividade e se se pode considerar como uma mais-valia para o desenvolvimento das entidades através da economia, eficácia e eficiência na maximização dos recursos existentes e na redução dos custos.

Na continuação deste capítulo do questionário, outro dos objectivos pretendidos, consiste numa possível implementação da auditoria interna nas organizações, quer fosse ao nível de melhoria da organização ou através de legislação específica, tendo em conta a sua dimensão.

Por fim, na situação de inexistência do referido gabinete onde os respondentes desenvolvem a sua actividade laboral, se as organizações devem solicitar estes serviços de auditoria e a quem devem reportar o relatório final.

2.11 Auditores Internos

Como o papel destes profissionais se baseia na obtenção do sucesso das organizações, esta função nunca pode ser direccionada para o curto prazo, mas sim para o longo prazo. Tal objectivo traduz-se numa mais-valia para organização e seus intervenientes.

Deste modo, a mais-valia reflecte-se num aproveitamento dos recursos materiais e humanos, obrigando ao desenvolvimento dos diversos sectores das organizações. Tal desenvolvimento e crescimento originam mais riqueza para os grupos económicos, através das crescentes aquisições e fusões.

Porém, estas duas situações originam na maioria das vezes situações irreparáveis, para os diversos intervenientes: os clientes, os fornecedores e, acima de tudo, para os funcionários das organizações adquiridas ou com menor capacidade financeira.

No entanto, nas organizações de menor dimensão, mais especificamente no sector dos transportes, a implementação de um gabinete ou a existência de um auditor interno certificado e a tempo inteiro, pode ser encarado como um desperdício financeiro.

Mas se existir a consciência de todos os riscos associados aos transportes no decorrer de toda a sua produção, possivelmente pode-se verificar que os custos associados à existência de um auditor é nitidamente inferior aos desperdícios que estas empresas registam no percurso da sua actividade produtiva.

Relativamente aos riscos das empresas de transportes, estes estão por vezes associados aos custos de energia necessária para executar toda a sua tarefa diária, o combustível – diesel. Tal risco deve-se à variação dos preços de aquisição, pois tem existido, no decurso da realização deste trabalho, um incremento do seu valor final, o que cria dificuldades nas empresas ao nível do seu orçamento.

Outro risco está relacionado com a forte concorrência do mercado, obrigando muitas vezes a diminuir o custo para os seus utilizadores. Esta diminuição, origina penalizações para as organizações refletindo-se nos meios utilizados – Viaturas de Transporte Publico. Tais penalizações incidem futuramente sobre as manutenções periódicas, ignorando a sua funcionalidade e a segurança dos utilizadores.

Assim, perante a existência de riscos, também existem oportunidades associadas a estas empresas, o que neste caso se insere a eficácia, a eficiência dos recursos humanos e materiais. Mas para tal acontecer, deve existir um conhecimento da actividade dos transportes ao nível da gestão, acompanhando-o através da medição de desempenho.

Deste modo, os riscos e as oportunidades atrás mencionadas implicam a criação de um gabinete ou a permanência de um auditor interno nas organizações para que sejam criadas medidas preventivas para as diferentes áreas de produção, vendas, núcleo financeiro, recursos humanos e manutenção. Com estas razões pretendo obter respostas de auditores

internos através do seu núcleo, o IPAI e reflecti-las no capítulo III, mais concretamente no subcapítulo 3.5.1. Respostas de Membros do IPAI.

2.12 Empresas de Transportes Públicos

Neste subcapítulo, será caracterizado pela natureza das organizações a quem foi solicitado as respostas ao questionário, de modo a obter mais informação para a elaboração deste trabalho, podendo assim entender-se melhor a importância da auditoria interna neste sector. Desta forma, irei passar a descrever estas organizações nos subcapítulos seguintes, identificando a composição dos seus capitais próprios, podendo ser são constituídos por capitais públicos e/ou privados.

Assim, as respostas obtidas pelas organizações descritas nos pontos 2.12.1 e 2.12.2 serão reflectidas no capítulo III, mais concretamente no ponto 3.5.2 e seguintes, relativamente às organizações de transportes públicos de passageiros.

Porém, na tentativa de obter mais informação por parte destas entidades, enviei email's em duplicado de modo, a garantir pelo menos uma resposta por parte da mesma, o que não veio a acontecer.

2.12.1 Capitais Públicos

No caso das organizações de capital público, estas são maioritariamente constituídas pelos órgãos de gestão do município e que apesar de indicarem a sua autonomia administrativa e financeira, dependem destes para a aquisição de bens, alteração de trajectos, ou até mesmo na utilização de publicidade nos seus veículos, dependendo sempre das decisões de autorização dos mesmos.

Neste núcleo de organizações, englobam-se, os Serviços de Transportes do Município de Bragança (STUB), o Município do Pombal (POMBUS), os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre (SMATP), os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), os Serviços Municipalizados dos Transportes Colectivos do Barreiro (SMTCB), os Transportes Urbanos de Santo Tirso (TUST), os Transportes Urbanos da Marinha Grande (TUMG) e os Transportes Urbanos de Portimão (VAIeVEM).

No decorrer das pesquisas das respectivas páginas electrónicas, fui verificando que estas organizações de capital público são extremamente limitadas no seu acesso, em relação ao mapa de pessoal e à existência de gabinete de auditoria interna, pois estes dois aspectos estão incorporados no mapa de pessoal do município e organograma, respectivamente.

Contudo, nas organizações de capital público, existem excepções.

A Empresa Municipal de Aveiro (MoveAveiro), é uma organização que desenvolve a sua actividade no distrito de Aveiro, mas que para além dos transportes públicos rodoviários, está ligada aos fluviais, bicicletas e parques de estacionamento. No entanto, foi das empresas que apesar de deter tais serviços, é a que disponibiliza a informação mais detalhada, na sua página electrónica. Assim, esta organização tendo iniciado a sua actividade em 2005, dispõe de 129 colaboradores, enquanto que, em relação à existência de um gabinete de auditoria interna, este pertence ao município.

A empresa Sintra, Cascais e Oeiras Transportes Urbanos (SCOTTURB), também empresa municipal, em parceria com os referidos concelhos, desenvolve toda a sua actividade nos mesmos, tem aproximadamente 365 colaboradores e não faz qualquer referência à existência de um gabinete de auditoria interna.

Os Transportes Urbanos de Braga, Empresa Municipal (TUB), surgiram em 1998, no concelho de Braga e conta actualmente com 315 colaboradores, em regime de contrato de trabalho funções públicas e em regime geral (Segurança Social), pelo que esta organização não indica a existência de gabinete de auditoria interna, o que sugere que esteja interligada com a câmara municipal.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) é a segunda maior organização de transportes públicos urbanos com capitais públicos em Portugal, tem 1231 colaboradores e tem gabinete de auditoria interna, tal como um plano de prevenção de riscos e corrupção. Esta empresa desenvolve toda a sua actividade na área do grande Porto.

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa (CARRIS), é o maior operador de transportes em Portugal Continental no sector dos transportes com capitais públicos. Esta organização tem 2255 colaboradores, sendo que 192 estão noutra tipo de situações, isto é, existem 2063 efectivos. Perante a observação do organograma existente na página electrónica, indica que

tem um gabinete de auditoria interna e com Plano de Prevenção de riscos de corrupção e infrações.

2.12.2 Capitais Privados

Nas empresas de transportes públicos urbanos de passageiros em que o capital é privado, encontram-se a Transportes Urbanos de Vila Real (CORGOBUS) e a Transportes Urbanos da Covilhã (COVIBUS). Estas organizações pertencem ao grupo espanhol Avanza e desempenham a sua actividade em regime de exclusividade nos municípios de Vila Real e Covilhã, respectivamente. Da mesma forma que estas organizações não têm qualquer indicação sobre a quantidade de colaboradores e a sobre a existência de auditoria interna.

Na mesma situação, em relação ao número de colaboradores e de auditoria interna, existe a Transportes Rodoviários de Évora (TREVO), a Auto Viação do Souto (AVSOUTO) que pertence ao grupo Inácio em Stª Maria da Feira, a Transportes Urbanos Rodoviários de Faro (EVA), a VIMECA pertencente ao grupo Imorey e que opera nas zonas da periferia norte e ocidental de Lisboa, a Viagens e Turismo (TUREXPRESSO) do grupo Tiel, a Transportes Urbanos de Guimarães (TUG) e a Transportes Sul do Tejo (TST) que opera no distrito de Setúbal, ambas propriedade do grupo Arriva e a Transportes de turismo (EVOLUS) que desenvolve a sua actividade em Setúbal, a Transportadora Rodoviária da Madeira (RODOESTE) com serviços urbanos e de turismo, a Empresa de Transportes de Santa Maria (TSM), Açores e a Rede Nacional de Expressos (RNE) com apenas 39 funcionários em 2011.

Na zona Porto, Maia, Matosinhos e Valongo existe a Empresa de Actividades Turísticas, RESENDE que para além de serviços urbanos, executa turismo e tem na sua estrutura, 190 colaboradores, não indicando a existência de auditoria interna.

Nas regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro e Minho surge a Transportes Portugueses, RODONORTE com 234 colaboradores, três centros operacionais e é actualmente detida pelos accionistas da empresa “Santos”, não fazendo referência à existência de um gabinete de auditoria interna.

Passando para o distrito de Évora (sede) e Beja, encontra-se a Rodoviária do Alentejo, desenvolvendo a sua actividade em serviços urbanos (Évora), interurbanos, expresso e

alugueres. Esta empresa tem quatro centros operacionais e 428 colaboradores distribuídos pelos diferentes sectores de actividade.

Na região da Madeira, existe a empresa Horários do Funchal que tem a seu cargo 484 colaboradores e não faz referência à existência de um gabinete de auditoria interna.

Ao nível de grandes dimensões e privado existe a Barraqueiro Transportes (BARRAQUEIRO) que é proprietária de dez pequenas organizações do mesmo ramo de actividade e que prestam serviço no distrito de Santarém e Lisboa. Esta é constituída por 1074 colaboradores e é uma empresa com certificações, indicando a existência de gabinete de auditoria interna, através do gabinete de Planeamento e controlo de Gestão.

Por fim, a única empresa Familiar neste sector, a Isidoro Duarte (ID). Esta, fundada em 1954 e a sua gestão actual está por conta dos netos do fundador, conta com 111 colaboradores e opera na região de Lisboa, não existindo qualquer referência à existência de auditoria interna.

2.13 Operacionais

Nesta fase do trabalho, o meu objectivo em relação a estes, é entender o “porquê” da implementação da auditoria interna nas organizações, visto que são os operacionais que seguem todas as normas e indicações implementadas pelo órgão de gestão no cumprimento do seu dever diário.

Assim, a solicitação de respostas através do questionário, visa colocá-los numa posição de melhoria tendo em conta as adversas condições laborais que são sujeitos, tendo em conta os riscos e oportunidades destas organizações como foi referido no ponto 2.11 deste capítulo.

Desta forma e tendo conhecimento dos sacrifícios realizados, convém perceber o que aconteceu para se implementar uma auditoria interna na organização e em simultâneo, tentar perceber o que se espera no futuro com a referida criação, o que de certa forma, espera-se que o órgão de gestão tenha em consideração o trabalho dos auditores.

Pois são estes que realizam algumas propostas de melhoria à administração e que podem servir de base para o aproveitamento e melhoria dos recursos existentes, para satisfação dos seus utilizadores, passageiros e funcionários.

Para tal, enviei questionários aos diversos sectores de operacionais, não fazendo distinção sobre a função que exerce, em que, a relação entre as respostas obtidas, foram todas tratadas de igual forma no capítulo III, mais especificamente no subcapítulo 3.5.3. e relacionadas entre si nos respectivos capítulos do questionário.

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1 Objectivos

Em relação a esta fase da Dissertação, mais propriamente aos objectivos, pretendo analisar até que ponto é que as pessoas que, neste sector de actividade estão no activo, independentemente da função que desempenham, têm conhecimento da utilidade da auditoria interna.

Da mesma forma, se a sua implementação pode ou não propor objectivos a médio e longo prazo, garantindo uma melhoria no desempenho da organização a nível operacional e de capital humano.

Esta melhoria possibilitará estabelecer um determinado grau de importância, perante os diversos intervenientes do processo, através das respostas ao questionário enviado, bem como se todos eles estariam ou não receptivos à existência (permanente) da auditoria interna na sua organização.

3.2 Focus Group

Nesta fase do trabalho, comecei por efectuar uma reunião com a Direcção do IPAI, na pessoa do seu Vice-Presidente, Mestre Nuno Oliveira.

Na referida reunião foi confirmado que este tema podia ter diferentes aplicações em determinadas áreas da organização.

No entanto, com o decorrer da reunião fui-me apercebendo que se tornava necessário limitar os pontos de investigação, à luz do questionário inicial que foi desenhado, permitindo que existissem pontos principais e pontos de futura investigação ou desenvolvimento.

3.3 Circularização – Âmbito e Forma

De seguida, o trabalho abrangeu três grupos distintos, sempre com recurso a questionários.

- Auditores Internos: Foi analisado com o IPAI a forma de os encaminhar os questionários para todos os seus membros (actualmente 1127). Foi-me proposto disponibilizá-lo na sua página electrónica;
- Organizações: Direccionados a entidades que operam neste mercado dos transportes urbanos de passageiros, mas com a limitação da sua actividade apenas a nível nacional;
- Colaboradores: Operacionais da entidade de transportes públicos nacionais urbanos de passageiros onde presto serviço e na qual não existe um gabinete/serviço de auditoria interna. (Pretendi perceber até que ponto, estes intervenientes estabelecem uma preferência ou sugestão para a criação do mesmo).

O envio nos dois últimos casos foi feito via correio electrónico.

3.4 Metodologia Utilizada

Para melhor sistematizar as respostas utilizei o EXCEL, para permitir analisar os seus vários parâmetros, sendo posteriormente formalizados em gráficos.

3.5 Questionários, Respostas e sua Análise

A primeira parte do questionário visou fazer parte da caracterização dos aspectos pessoais dos inquiridos, de modo a que seja possível permitir um melhor conhecimento da globalidade dos respondentes, ao nível da idade, habilitações académicas e função profissional.

Na segunda parte do questionário, o objectivo principal foi o de poder ver até que ponto os intervenientes têm conhecimento sobre a estrutura da sua organização, quer ao nível do capital, número de trabalhadores, volume de negócios e principalmente, se existe (ou não) um departamento de auditoria interna e, em caso afirmativo, se algum dos colaboradores possui algum tipo de certificação.

Por último, a terceira parte permitiu-me conhecer a real importância da auditoria interna nas organizações deste sector que, devido à sua especificidade permitiriam ou não a criação de um serviço desta natureza modo a maximizar e a rentabilizar os recursos existentes.

3.5.1 Respostas de Membros do IPAI

Neste caso, as respostas obtidas por auditores internos, através da circularização dos questionários pelo IPAI, foram nulas. Tal traduz-se num desconhecimento total das opiniões destes profissionais, o que conduz a que este subcapítulo fique lamentavelmente encerrado.

3.5.2 Respostas de Organizações

Foram enviados diversos questionários a entidades ligadas a este sector de actividade, mas apenas foi obtida uma resposta.

Tal limitou substancialmente o estudo desta dissertação, no conhecimento das opiniões por estas entidades relativamente ao grau de importância da auditoria interna.

3.5.2.1 Caracterização Geral

A única resposta obtida foi proveniente de uma pessoa com idade inferior a 30 anos, do género feminino. As suas habilitações académicas são as de mestrado e não exerce funções de auditora interna na organização.

3.5.2.2 Caracterização da Entidade

Possui um número inferior a 100 funcionários, a composição da estrutura de capital é totalmente privado e o seu volume de negócios em euros está compreendido entre os valores de €50.001 e €250.000.

Quando questionada sobre a existência de qualquer tipo de certificações ou de departamento da auditoria interna na organização, a resposta obtida aos dois pontos foi igual: “ Não ”.

3.5.2.3 A Importância da Auditoria Interna no Sector

Neste último aspecto, em que se questionam opiniões pessoais relativamente à possível relação existente entre a auditoria interna e o grau de importância que representa para o sector dos transportes, a opinião a esta possibilidade é positiva, tendo em conta que é considerada uma mais-valia para o seu desenvolvimento.

Ela é baseada em dois aspectos fundamentais: (i) a economia, eficácia e eficiência da entidade e (ii) no cumprimento de normas, procedimentos e leis.

Assim, perante estes aspectos, o grau de importância atribuído à auditoria interna, é relevante. Porém, ao questionar se a auditoria interna deveria ser imposta por lei, a resposta é negativa. No entanto, indica que a implementação de um gabinete de auditoria interna numa organização deveria ocorrer quando as dimensões da mesma, relativamente ao número de funcionários, fossem entre os 251 e os 500. E relativamente ao reporte do gabinete de auditoria interna se existente, a respondente indicou “Não Sei/ Não Respondo” (NS / NR).

Relativamente à existência de um gabinete de auditoria interna na organização, a resposta indica que este deveria ser objecto de avaliação de qualidade.

3.5.3 Respostas de Operacionais

3.5.3.1 Caracterização Pessoal

No global, responderam 41 pessoas, apesar de parte deles exercerem funções diferentes de motoristas de transportes públicos, que necessitam realizar diversas formações, para o desenvolvimento das suas funções.

Dentro dessas funções existem também técnicos que estão inseridos na área da manutenção (mecânicos e electricistas), que necessitam frequentemente de cursos de formação, já que as suas actividades estão constante em mudança. É que, como todos sabemos, as viaturas de transporte público, que são os meios de produção desta actividade, sofrem alterações ao longo do tempo e tal obriga a formação específica.

Quando se faz referência à actividade de motoristas de transportes públicos, ou outros que estejam inseridos numa actividade que necessita da carta de condução, frequentemente necessitam de fazer formações e revalidações de competências. Estas revalidações baseiam-se em cursos específicos de condução e que normalmente são suportados financeiramente pelo próprio, sendo que as organizações delas se servem.

Dentro destas revalidações existem:

- Certificado de Aptidão de Motorista (CAM). Este curso tem o objectivo de relembrar algumas actualizações do código da estrada, primeiros socorros e mecânica;
- Certificado de Capacidade Profissional - mais vulgarmente, certificado de transporte de crianças;
- Certificado de Qualificação de Motorista (CQM) - mais conhecido por certificado de mercadorias;
- Certificado de Condutores de Mercadorias Perigosas.

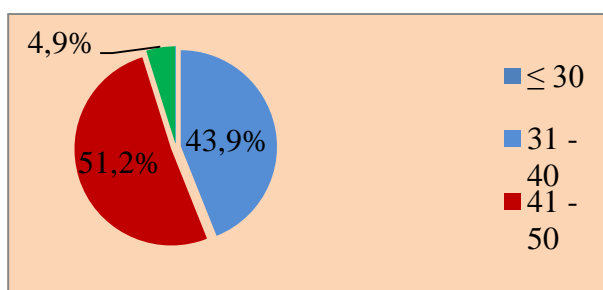
Estas diversas certificações são, todas elas renováveis ao fim de cinco anos. Os profissionais devem frequentar os diversos cursos de formação e estarem em perfeitas condições físicas e psíquicas.

Este tipo de função traduz-se num enorme desgaste físico e psicológico. Os profissionais estão demasiado tempo na mesma posição (sentado), o que origina problemas ao nível da coluna e, em simultâneo, estão sempre focados na condução, de modo a prevenir e evitar acidentes.

IDADE

Iniciando-se a análise do questionário pela “faixa etária” da amostra, de quarenta e uma respostas, dezoito estão englobadas entre os 31-40 anos, enquanto, entre os 41-50 anos se obteve um total de vinte e uma, e apenas duas entre os 51-60 anos, ou seja, ao nível das percentagens, estas indicam que têm valores de 43,9%, 51,2% e 4,9% respectivamente, como indica o gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Idade



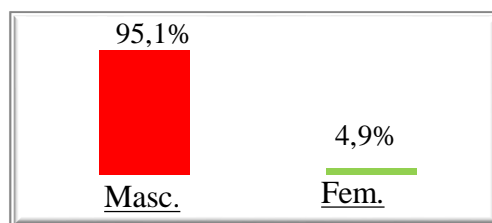
Fonte: Elaboração Própria

A existência de uma elevada percentagem na faixa etária entre os 41-50 (51,2%), confirma-se que, no passado, esta actividade era relativamente atractiva a pessoas com menores habilitações e que estes obtinham uma remuneração (aparentemente) mais elevada em relação a outras actividades prestadoras de serviço.

GÉNERO

Relativamente ao género dos respondentes, a maioria é masculino com 95,1%, ou seja um total de trinta e nove respostas, ao invés do sexo feminino com 4,9% com apenas duas respostas obtidas, ver gráfico 2.

Gráfico 2 - Género



Fonte: Elaboração Própria

Recentemente, importa referi-lo que esta actividade laboral passou a ser efectuada por elementos femininos, já que até meados da década de 70 do século passado, ela era estritamente masculina.

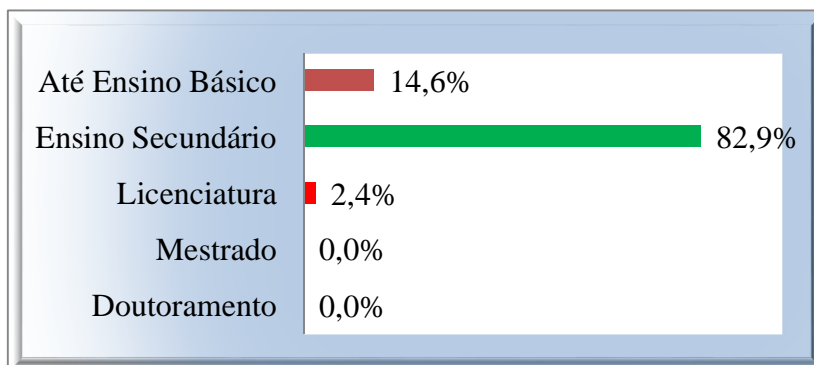
A entrada de elementos femininos neste sector deveu-se ao facto dos meios de produção terem vindo a ser melhorados, proporcionando melhores condições de trabalho, sendo a direcção assistida, a principal. Neste aspecto, este tipo de actividade baseava-se numa produção estritamente muscular, situação em que os elementos femininos eram penalizados.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Em termos de habilitações académicas, o grau de licenciado obteve apenas um valor de 2,4% ou seja uma resposta, enquanto o ensino secundário é a habilitação académica predominante, com um total de trinta e quatro respostas correspondendo a 82,9%.

Contudo, existem também algumas respostas dos inquiridos que se enquadram no ensino básico, neste caso seis com uma percentagem de 14,6%, como se apresenta no gráfico seguinte.

Gráfico 3 – Habilitações Académicas

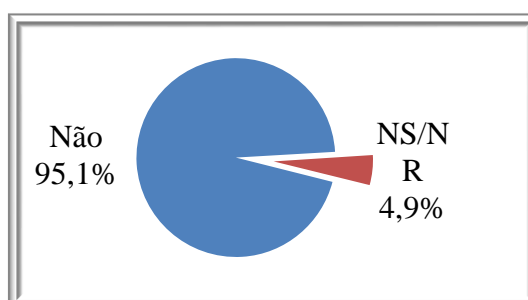


Fonte: Elaboração Própria

AUDITOR INTERNO

No questionário foi solicitado aos respondentes se exercem, ou não, a função de auditor interno na sua entidade, pelo que na amostra em causa, trinta e nove indicaram que “Não” e apenas dois, “Não Sei/Não Respondo”, o que em termos percentuais, assumem valores de 95,1% e 4,9%, respectivamente – ver gráfico 4.

Gráfico 4 – Função de Auditor



Fonte: Elaboração Própria

Independentemente das duas respostas obtidas, “Não” e “Não Sei/ Não Respondo” esta questão, determinava uma condição, isto é, uma ligação directa com a questão seis (6) do grupo II.

Auditor Responsável

A condição atrás mencionada, sobre as respostas obtidas da questão 4 –“ Exerce a função de Auditor Interno na sua entidade?”, tinha a indicação de “saltar” a questão cinco, eliminando-a de qualquer tipo de resposta. Apesar disto, foram obtidas três respostas “NÃO” incidindo num valor percentual de 7,3% do total da amostra, sendo que a existência ou não de resposta nesta questão em “NÃO”, indica o mesmo resultado, 100%.

No gráfico seguinte, o objectivo pretendido era saber se existia alguém responsável por esta área e se a sua opinião era coincidente com os restantes intervenientes da organização.

Gráfico 5 – Responsável



Fonte: Elaboração Própria

(Observação – Como se compreende o questionário foi pensado para contemplar pessoas que poderiam ser ou não auditores internos. Dado o seu redireccionamento, as perguntas contempladas nos gráficos 4 e 5 ficaram prejudicadas).

3.5.3.2 Caracterização da Organização

Nº de Funcionários

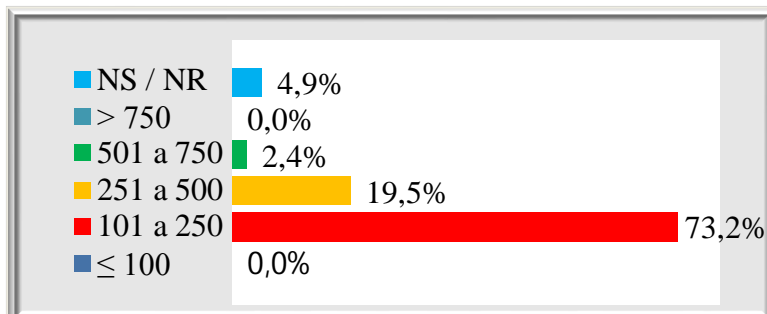
Nesta parte do questionário pretende-se saber o tipo de relação que os inquiridos têm com a sua organização, isto é, tentar perceber até que ponto os inquiridos conhecem a organização ao nível estrutural e financeiro.

Assim, grande parte dos inquiridos têm a noção de que a dimensão da sua organização, em relação ao número de pessoas que nela prestam um serviço, situa-se entre os 101 e 250 com 73,2%.

No entanto, 19,5 % indica que esta se situa entre os 251 e 500, sendo que 2,4% afirma que a dimensão situa-se entre os 501 e 750. Existindo uma margem de 4,9% que desconhecem a sua dimensão, ou não respondem. Porém, a organização onde estes

respondentes prestam serviço, tem 185 trabalhadores, distribuídos pelos sectores de movimento, portaria e abastecimento, manutenção e administrativos – ver gráfico 6.

Gráfico 6 – N° de Trabalhadores

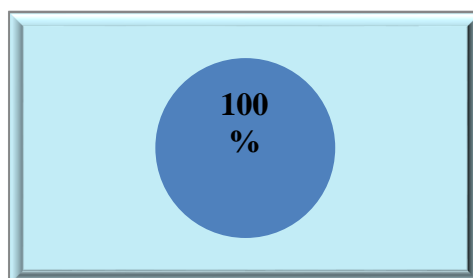


Fonte: Elaboração Própria

Capital

Contudo, todos os inquiridos têm um conhecimento total sobre a estrutura de capital, sendo esta única e exclusivamente composta por capitais públicos, como indica o gráfico seguinte.

Gráfico 7 – Estrutura de Capital



Fonte: Elaboração Própria

Sendo a sua estrutura de capital público e estando incluído numa área urbana, este tipo de organização estabelece uma interligação no município entre todas as zonas populacionais.

Assim, pertence ao município a responsabilidade de gerir a organização. Perante uma gestão municipal, esta tem o dever e obrigação de preservar este sector de actividade em que os transportes constituem um pilar fundamental no desenvolvimento regional.

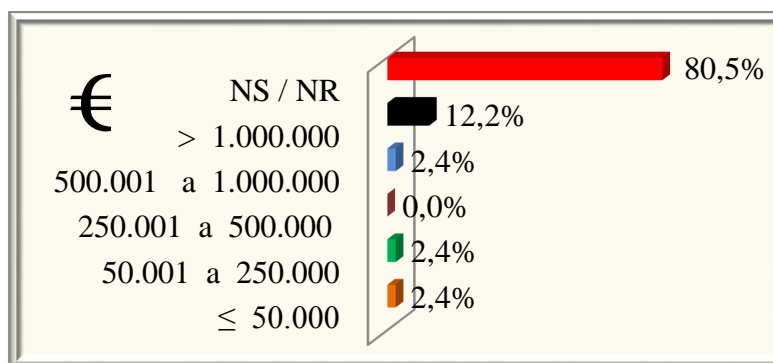
No entanto, este pilar deve ser construído com base nas reais necessidades do concelho em termos de oferta e procura, garantindo uma prestação de serviço com qualidade.

Nas empresas com estrutura de capital público, o governo financia através de participações estatais, o que leva a crer que na maioria das vezes não existe controlo sobre a sua aplicação ou utilização. Assim, o risco de utilização indevida de dinheiros públicos, em meu entender, deveria ser controlado para que exista uma utilização correcta do mesmo, sendo esse controlo estabelecido pelo gabinete de auditoria interna, conselho de administração da organização, Ministério das Finanças e Tribunal de Contas.

Volume de Negócios

Em relação ao volume de negócios, a grande maioria, mais concretamente, 80,5%, “Não Sei/Não Respondo”, o que indica que, neste aspecto, a grande maioria dos inquiridos desconhece a realidade da organização onde presta um serviço. Apenas 12,2% indica que a sua organização tem um volume de negócios superior a €1.000.000 e 2,4% dos restantes inquiridos referem o volume de negócios entre €50.000 e €250.000, como se pode ver pelo gráfico 8.

Gráfico 8 – Volume de Negócios (em €)



Fonte: Elaboração Própria

Após a verificação deste gráfico e surgindo algumas discrepâncias decorrentes dos valores apresentados, colocam-se algumas questões ao nível do conhecimento.

Uma das possibilidades pode basear-se no facto de não existirem apresentações das demonstrações financeiras na página electrónica das organizações, inviabilizando a sua consulta.

No entanto, essas demonstrações também podem estar consolidadas, o que de certa forma limita ou torna quase impossível reconhecer o seu real valor ao nível de custos e proveitos do exercício. Outra das possibilidades, pode estar relacionada com o desconhecimento dos intervenientes na leitura e entendimento das mesmas. Por fim, outra das razões e talvez a mais aceitável, poderá ser o simples facto destes inquiridos não pretenderem despende de tempo para consulta dos referidos documentos.

Na realidade, a empresa onde presto serviço sempre foi conhecida pelos seus prejuízos sistemáticos, mas ao fim de vários anos, mais concretamente no exercício de 2013, gerou um lucro, de aproximadamente meio milhão de euros.

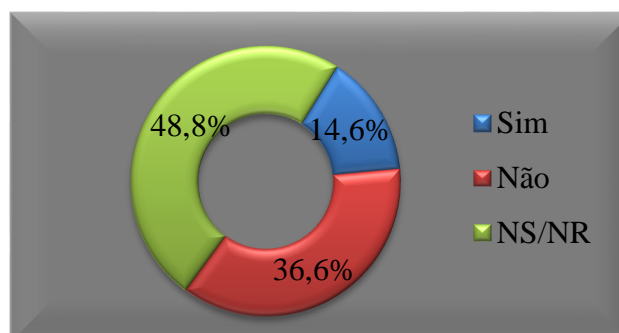
Existência de Certificações

Quando questionados acerca da organização onde prestam serviços possuir qualquer tipo de certificação em relação à qualidade, segurança ou mesmo ambiente, a generalidade dos inquiridos, 48,8%, “Não Sei/Não Respondo”, com vinte respostas obtidas.

Porém, 36,6% (correspondente a quinze respostas), indicaram que a sua organização não tem qualquer tipo de certificação. Na totalidade destes dois parâmetros, 85,4% desconhece a existência (real) de certificações na sua organização.

Restam apenas 14,6%, que afirmam a existência de certificações na entidade. Perante a discrepância de valores, na Afirmação ou Não, nas existências de certificações, pode-se possivelmente assumir que as organizações não procuram qualquer tipo de certificação, de modo a prestar um serviço de qualidade em qualquer nível, procurando apenas a prestação do serviço, propriamente dito – ver gráfico 9.

Gráfico 9 – Certificações Existentes



Fonte: Elaboração Própria

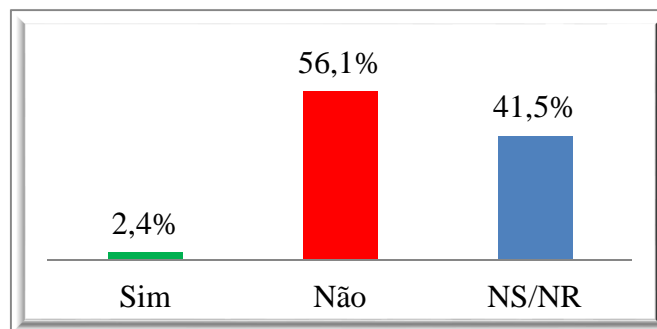
Perante a falta de certificações, esta é outra razão pela qual se justificava a existência de um gabinete de auditoria interna, de modo a propor possíveis correcções para que, no futuro, fossem adquirindo algumas certificações, referidas no segundo capítulo.

No caso deste tipo de organizações, a certificação mais relevante para o desempenho da sua função seria, na minha opinião, a ambiental através da ISO 14000 – Sistema de Gestão Ambiental.

Existência de Gabinete de Auditoria

Tendo por base as respostas dos inquiridos, 56,1% dos casos, afirma a sua inexistência e 41,5% “Não Sei/Não Respondo”. Assim, apenas 2,4%, isto é, única e exclusivamente um inquirido, afirma que existe – ver gráfico 10.

Gráfico 10 – Existência de Gabinete Auditoria Interna



Fonte: Elaboração Própria

No entanto, as respostas do gráfico 10, impõe duas condições:

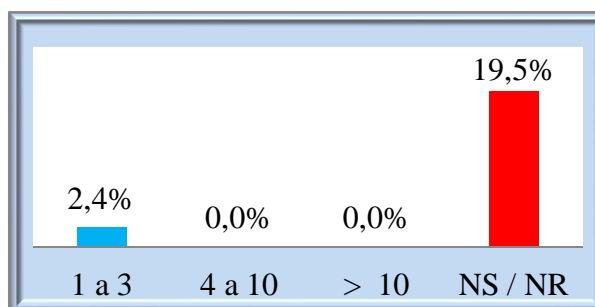
A primeira, resume-se à forma corrente de resposta de um questionário, isto é, responder a todas as questões numeradas, se a resposta for positiva.

A segunda condição impunha que os inquiridos que respondessem “Não” ou “Não Sei/Não Respondo”, passassem para a questão nº 14. Contudo, houve inquiridos que não cumpriram esta condição, respondendo às questões seguintes até à nº 13.

Nº de Auditores Internos

Assim, apenas nove respostas são elegíveis e destas oito escolheram “Não Sei/ Não Respondo”, conforme o gráfico 11.

Gráfico 11 – Nº de Auditores Internos



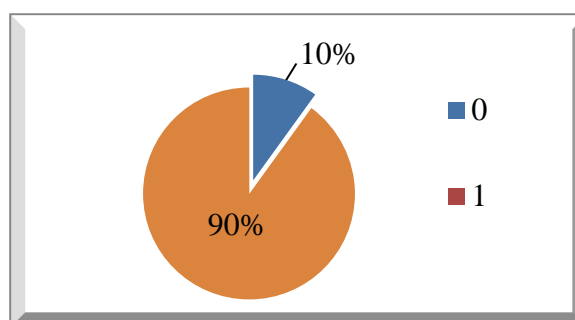
Fonte: Elaboração Própria

Deste modo, 19,5% indicam “Não Sei/Não Respondo”, enquanto 2,4% afirma a existência entre 1 e 3, o nº de auditores internos na entidade.

Nº de Auditores Certificados

Ao solicitar no questionário o número de auditores certificados, (tipo CIA), 10% indicaram que existia um auditor sem qualquer tipo de certificação, enquanto os restantes 90% dos inquiridos indicou “Não Sei/Não Respondo”, sendo que a dimensão da amostra neste caso se limita a dez respostas obtidas, como se pode observar o gráfico 12.

Gráfico 12 – Certificações dos Auditores Internos

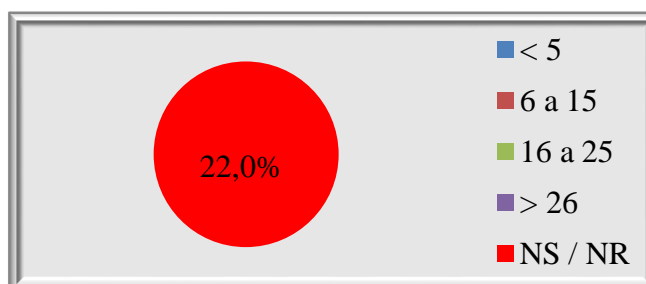


Fonte: Elaboração Própria

Nº de Anos do Departamento

Nesta parte final do segundo capítulo, foi questionado a antiguidade do departamento de auditoria. As nove respostas obtidas, numa amostra de quarenta e uma, foram todas iguais, isto é, “Não Sei/Não Respondo”, com 22,0% do total, ver gráfico 13.

Gráfico 13 – Antiguidade do Departamento de Auditoria Interna(Anos)



Fonte: Elaboração Própria

De um modo geral, neste segundo grupo, verifiquei que existe um desconhecimento por parte dos inquiridos relativamente à organização. Tal situação poderá ser imputada, em parte, à entidade, mas também aos seus funcionários. De facto, este desconhecimento podia ser facilmente solucionado, através da colocação de um organograma na sua página electrónica ou num manual de normas e procedimentos, disponível nas instalações para consulta. No entanto, também os funcionários têm a sua quota de responsabilidade no desconhecimento da organização, já que não procuram informação sobre a entidade.

3.5.3.3 A Importância da Auditoria Interna no Sector

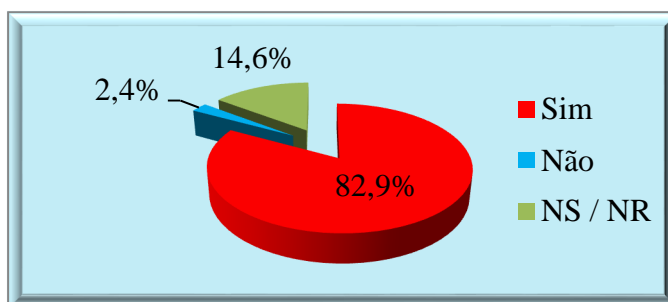
Nesta parte da Dissertação, são analisadas todas as questões que foram colocadas aos inquiridos, relativamente à importância da auditoria interna na sua organização, estabelecendo uma relação entre ela e o sector dos transportes rodoviários de passageiros em Portugal Continental.

No entanto, convém não esquecer, que tendo em conta a informação já analisada, na generalidade, as habilitações académicas dos inquiridos são relativamente médias: ensino secundário, com 82,5%. Por isso, quando se fala em auditoria, a grande maioria destas pessoas associa a um género de fiscalização, isto é, como o “polícia ao serviço da administração”.

3.5.3.4 A Auditoria Interna como Mais – Valia

Quando questionados sobre se consideram que a auditoria interna representa uma mais-valia para a entidade, numa amostra de quarenta e um inquiridos, 82,9% indicaram que “Sim”, enquanto 2,4% indicaram que “Não”, correspondendo apenas a um inquirido, pelo que 14,6% “Não Sei/Não Respondo” perfazendo seis respostas, como indica o gráfico 14.

Gráfico 14 – Auditoria Interna como Mais-Valia



Fonte: Elaboração Própria

Deste modo, considera-se que os 17,0%, não terão conhecimento da área de actuação da auditoria interna, nem da forma como ela pode melhorar a actividade dos transportes, ou auxiliar a administração a maximizar todos os recursos existentes.

Tal actuação visa criar melhores condições nas operações. Estas devem ser monitorizadas e reformuladas, para que no futuro se possam minimizar alguns riscos inerentes a esta actividade. Alguns dos riscos associados a estas organizações podem influenciar negativamente o seu desempenho, ao nível da segurança, de crises financeiras (como a existente) e a qualidade.

Da mesma forma, também se podem obter resultados positivos, e deixar de se ver estas entidades – como estamos habituados, – relativamente às suas elevadas dívidas financeiras e torná-las lucrativas, tal como outras, actuando em qualquer área.

A auditoria interna, não se focaliza em fraudes ou erros financeiros, – embora os não ignore – mas em outros pontos que podem ser susceptíveis de melhoria, como o caso dos excessos de viaturas fora das horas de ponta, evitando o desperdício de combustível, desgaste de peças e até horas extraordinárias que estejam a ser pagas aos agentes.

Sabendo que estes funcionários pertencem a uma empresa de capital público, na minha opinião mais se justifica a implementação de um gabinete de auditoria interna como é referido pela Presidente Direcção do IPAI, Dr.^a Fátima Geada, (2013;7):

“ A Auditoria Interna tem que ser vista como geradora de valor para as organizações, ela não pode mais ser considerada como um custo, mas um investimento na melhoria dos processos, na eficiência, na segurança e na mitigação de eventuais custos do contexto e da gestão/mitigação das vertentes de risco mais importantes para a organização, podendo mesmo assumir-se como um consultor “de confiança”, que conhece a organização, a sua cultura, os seus processos e que pode potenciar a forma como os recursos estão a ser empregues.”

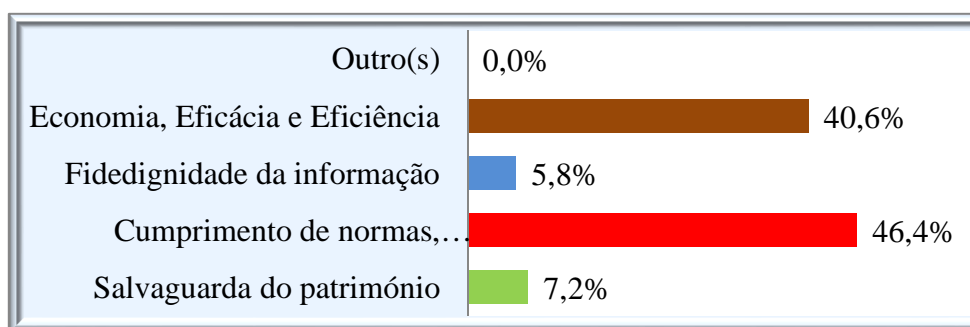
Conjugando a citação acima referida com os valores obtidos no gráfico 14, de 82,9%, em que a auditoria interna é uma Mais-Valia para o desenvolvimento da organização, conclui-se que esta deveria ser implementada - ver a Doutora Fátima Geada, no subcapítulo 2.7 Value for Money deste trabalho.

Os Principais Aspectos da Auditoria Interna

Foi solicitado aos inquiridos uma dupla escolha mas, algumas situações, isso não aconteceu, ficando a amostra empobrecida. É que treze dos quarenta e um inquiridos indicaram apenas uma resposta.

Quando, questionados sobre os principais aspectos da auditoria interna neste sector, 46,4% baseiam-se no Cumprimento de normas, procedimentos e leis, enquanto, 40,6% referem a Economia, Eficácia e a Eficiência (3E's), restando 13,0%, para cada um dos pontos, em que para a Salvaguarda do património com 7,2% e a Fidedignidade da informação com 5,8%, como indica o gráfico 15.

Gráfico 15 – Principais Aspectos da Auditoria Interna



Fonte: Elaboração Própria

Neste aspecto, ao observarmos o gráfico, percebemos que os 3E's e o cumprimento de normas, procedimentos e leis, são de extrema importância, totalizando 87,0%.

A forma como as entidades são eficazes no topo e no intermédio, isto é, saber organizar, comunicar e transmitir todos os seus objectivos para a área operacional, são extremamente relevantes para atingir os seus objectivos.

Desta forma, a capacidade organizativa das entidades, superam todas as expectativas, o que torna possível uma elevada economia e que, muitas vezes, torna possível a sua sobrevivência em épocas de crise.

Assim, toda a implementação dos 3E's, implica directamente, no cumprimento das normas, procedimentos e leis, com 46,4%, como o aspecto mais importante dos inquiridos que resulte de uma existência de um controlo rigoroso das normas e objectivos da entidade através da comunicação, implementação, verificação e correcção. Nestes dois casos, indicados pelos respondentes como os aspectos mais importantes da auditoria interna pressupõem que sejam os objectivos fundamentais e principais da existência deste género de gabinete numa organização.

Porém, as percentagens de 7,2% para a Salvaguarda do Património e 5,8% para os aspectos da Fidedignidade da Informação, podem estar relacionadas com o facto dos inquiridos não estarem relativamente à vontade com os aspectos anteriormente referidos, bem como associarem estes aspectos a situações que estão frequentemente a ouvir, pelo que na salvaguarda do património, apenas seja estabelecido a relação com o tipo de ferramentas que utilizem diariamente na sua área específica de actuação.

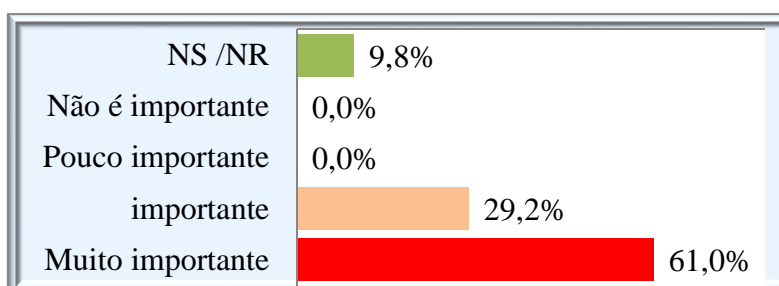
Um dos aspectos que pode estabelecer uma relação entre os gráficos 7,14 e 15, deve-se ao facto de ser uma organização de capital estritamente público, o que pode supor a falta de responsabilidade na utilização dos bens necessários para a prestação de serviço, podendo considerar a auditoria interna estritamente necessária ao desenvolvimento da organização e a existência de uma garantia de que são tomadas as decisões mais correctas eliminando ou reduzindo situações que prejudicam o normal funcionamento e desenvolvimento da actividade através de uma melhor economia, eficácia e eficiência das operações.

Contudo, em relação ao cumprimento de normas, procedimentos e leis, a relação entre os gráficos, poderia ser uma fonte de crescimento da organização através da rectificação de alguns procedimentos adoptados, que poderão estar desactualizados face às circunstâncias actuais e futuras. Assim, esta relação iria influenciar directamente a salvaguarda do património, garantindo uma perspectiva de crescimento e de satisfação por parte dos funcionários, podendo até ter repercussões ao nível de produtividade, isto é, aumento de produtividade.

A Importância da Auditoria Interna

Em linha com o indicado em 2.5.7.1, para uma amostra de quarenta e um inquiridos, 61,0% atribui um grau de muito importante à auditoria interna neste sector, enquanto, 29,2% apenas indica esta actividade como importante no seu sector, sendo apenas 9,8% que “Não Sei/ Não Respondo”, conforme se apresenta no gráfico 16.

Gráfico 16 – A Importância da Auditoria Interna



Fonte: Elaboração Própria

Assim, considerando (de uma forma geral), a auditoria interna, uma actividade com custos, também se chega a um factor importante que está exposto neste gráfico e nos pontos

anteriores, isto é, a optimização e maximização dos recursos inerentes à actividade dos transportes.

Deste modo, o grau atribuído à auditoria interna, torna-se essencial na salvaguarda destas entidades, apesar da sua dimensão, como refere o Manuel Marques Barreiro do IPAI, na revista nº 44 (2011;15):

“ Não é admissível que, nos dias de hoje ainda haja alguém que se disponha aceitar a responsabilidade de gerir organizações empresariais ou instituições sem que possua um mínimo de conhecimentos e sensibilidade para adopção de um instrumento privilegiado de auxílio à gestão – a auditoria interna.”

Deste modo, a implementação de um gabinete gera benefícios a qualquer tipo de organização, porque pode sugerir a reafecção de recursos humanos e materiais de acordo com as necessidades da organização, reconhecimento exterior através dos vários certificados referidos anteriormente e, por vezes, apontando novas ideias para implementar a forma de trabalhar, podendo ser mais eficaz e eficiente do que o método tradicional utilizado.

Perante estes resultados obtidos no inquérito e os mencionados no capítulo 2, no ponto 2.5 (quadro do IPAI), mais se confirma e se reforça que a Importância da Auditoria Interna deverá estar futuramente presente no quotidiano das organizações e no desenvolvimento organizacional.

A Economia, a Eficácia e a Eficiência

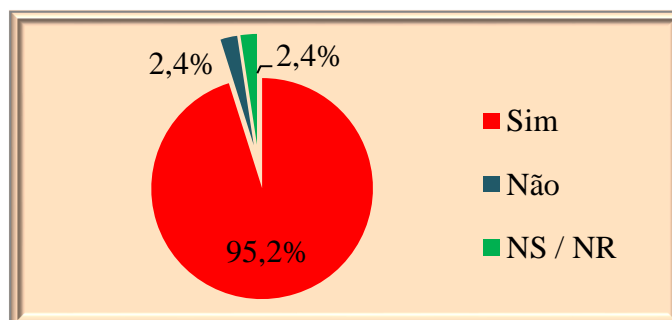
Perante os factos reportados relativamente à importância da auditoria interna, convém relembrar que no gráfico 15 já estavam incluídos estes três itens.

A questão em causa solicitava aos inquiridos uma resposta dupla, directamente relacionada com a actividade da auditoria interna, logo podia causar alguma dificuldade, por não compreenderem o objectivo.

A economia, a eficácia e a eficiência (3E's), tem uma elevada importância para os respondentes, com 95,2%, pelo que apenas 4,8% se dividem pelas restantes respostas de “Não” e “Não Sei/Não Respondo”, com apenas um inquirido por resposta.

Assim, a economia, a eficácia e a eficiência que se faz referência neste caso, está relacionado entre a auditoria interna e o sector dos transportes, ver gráfico 17.

Gráfico 17 – Os 3 E's na Auditoria Interna



Fonte: Elaboração Própria

Sabendo-se do impacto dos 3E's, no desenvolvimento, na qualidade, no prestígio e na redução de diversas situações de risco a que estas organizações estão sujeitas, tal pode melhorar o nome destas organizações nesta actividade.

A implementação de um gabinete de auditoria interna, é considerado pela generalidade dos inquiridos como uma mais-valia, pelo que a relação entre estas duas actividades poderá resultar num melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais, reflectindo num efeito social e financeiro mais satisfatório.

Para tal, deve existir uma perfeita sintonia entre elas, convergindo no alcance dos objectivos das organizações para mais facilmente se obter a eficiência pretendida. Esta, na actividade dos transportes, resulta do esforço de todas as partes, originando uma procura mais acentuada pelos utilizadores, preterindo o uso de viatura particular em prol do transporte público, e simultaneamente, as condições financeiras serão beneficiadas, garantindo a máxima eficácia.

De um modo geral, a pretensão dos inquiridos, baseia-se na criação de um gabinete na organização para que todos estes aspectos sejam cumpridos, pretendendo garantir o seu posto de trabalho, a elevada qualidade da prestação do serviço e ânimo no desempenho das suas funções, originando melhores e maiores níveis de produtividade.

Por isso deveriam existir determinadas regras nestas organizações, como irá ser referido no ponto seguinte.

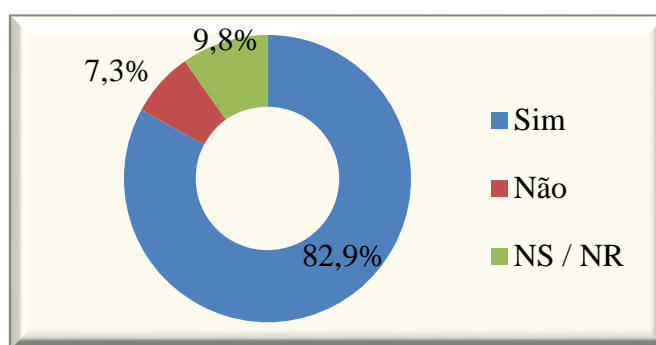
A Exigência de Legislação

Após a análise dos pontos anteriores em que se verificou que a generalidade dos inquiridos atribuem uma elevada importância à auditoria interna, importa agora verificar da vantagem de existência de legislação aplicável a estas organizações, tal como outras de actividade diferente.

Assim, após a recolha dos dados sobre a necessidade de legislação na implementação da auditoria interna nos sectores dos transportes, 82,9% assume que seria benéfico para o desenvolvimento das organizações. Tal poderia permitir e redefinir procedimentos, obter maior eficácia e eficiência, possibilitando, em simultâneo a eliminação de algumas situações de risco. Porém, 7,3% assume que não era necessário a existência de legislação, enquanto 9,8% indicou “Não Sei/Não Respondo”.

Estes 17,1% podem desconhecer o teor da actividade da auditoria interna e o seu objectivo principal numa organização. No entanto, das diversas pesquisas que realizei, verifiquei que não existe qualquer legislação relativa à auditoria interna neste sector, existindo apenas para a auditoria externa. O gráfico 18, sistematiza os dados recolhidos.

Gráfico 18 – Exigência de Legislação



Fonte: Elaboração Própria

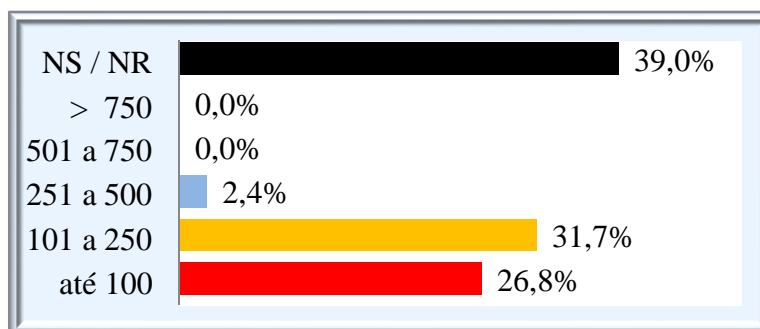
A percentagem de 82,9%, na implementação de legislação específica neste sector, vem reforçar a última citação da Doutora Fátima Geada, no capítulo 2, no ponto 2.5.7.

Dimensão Mínima

Juntamente com a possibilidade de existir legislação para a implementação de um gabinete de auditoria interna, foi também questionado se ele deveria ter uma dimensão mínima. E da amostra de quarenta e um inquiridos, 39,0% indicou “Não Sei/Não Respondo”, enquanto 31,7% indica um parâmetro entre 101 e 250 colaboradores, pelo que 26,8% consideram que este tipo de implementação deveria ser fixado até 100 colaboradores. No entanto, apenas 2,4% refere entre 251 e 500, como se pode verificar o gráfico 19.

Assim, considera-se que um valor aceitável para a implementação de um gabinete de auditoria (com 58,5%), que a entidade tenha um número de colaboradores, entre os 100 e os 250.

Gráfico 19 – Dimensão Mínima Obrigatória para a Auditoria Interna



Fonte: Elaboração Própria

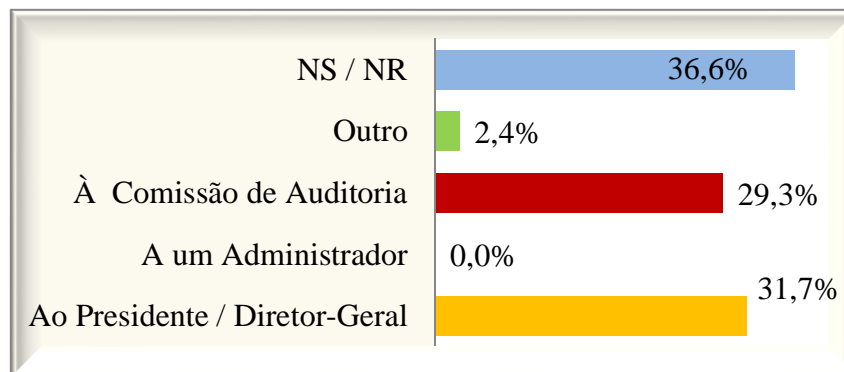
Dependência

Será importante considerar a dependência da auditoria interna, no apoio à gestão, como foi referido anteriormente. De facto, os estudos e as análises realizadas pela auditoria interna necessitam de ser reportadas a alguém, pessoa ou departamento responsável.

Assim, ao questionar os inquiridos, constatei que existe algum desconhecimento por parte dos mesmos, pois 36,6% da amostra, “Não Sei/Não Respondo”, e 2,4% indica “Outro”, logo, conclui-se que 39,0% não tem qualquer conhecimento sobre a quem o reportar.

A análise dos dados complementares revela que, 31,7% reportava o relatório ao Presidente/ Diretor-Geral e 29,3% reportava à Comissão de Auditoria, caso existisse.

Gráfico 20 – Reporting



Fonte: Elaboração Própria

Neste ponto da dependência e na minha opinião, deveria ser idealmente dirigido a uma comissão de auditoria, se existisse. Porém na falta desta comissão, seria ao presidente do conselho de administração, como no caso da organização onde presto serviço (veja-se, sobre isto, o indicado em 2.5.7.2).

Quando se analisou a dimensão mínima para a criação de um gabinete referiu-se que esta deveria ter pelo menos entre os 100 e os 250, pelo que neste caso, a sua dimensão seria pequena e desta forma não seria lógico uma comissão de auditoria.

Na minha opinião e no que se refere aos relatórios, estes deveriam ser reproduzidos em duplicado, pelo que o seu reporte seria enviado para o presidente do conselho de administração e simultaneamente para o tribunal de contas, pois este, sendo um órgão estatal que verifica a aplicação e utilização de dinheiros públicos, deveria ter também conhecimento sobre o seu teor, da mesma forma como o banco de Portugal tem sobre as instituições financeiras.

Tendo em conta a minha opinião pessoal relativamente ao reporting abrangendo entidades do sector público, ele deve ser também facultado a uma entidade externa de supervisão. É também a opinião da Doutora Fátima Geada. As respostas obtidas de “Outro” com 2,4%, assumem que deve existir outro meio de supervisão externo, mais se reforça a referida opinião e citação.

A Avaliação da Qualidade da Auditoria Interna

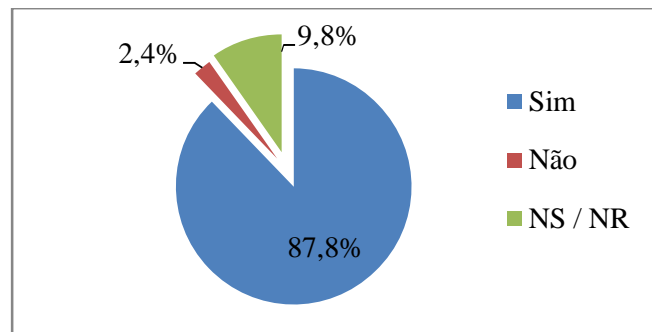
Como se sabe, a auditoria está e estará em constante actualização e para tal, os seus protagonistas (auditores), necessitam de formação, de modo a estarem habilitados a responder o mais correctamente possível às diversas situações a realizar regularmente.

Assim, esta formação e avaliação a que se refere a questão, estão relacionadas com os diferentes certificados existentes atribuídos pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA).

Após já ter analisado alguns tópicos e que entre eles se encontra a importância da auditoria interna, convém também fazer esta referência à qualidade do Departamento/Serviço de auditoria.

Deste modo, uma das questões colocadas aos inquiridos, está relacionada com a avaliação de qualidade do serviço de auditoria, pelo que 87,8% indicou que esta actividade deveria ser objecto de avaliação, enquanto 9,8% indicaram “Não Sei/Não Respondo”, restando apenas 2,4%, que acha desnecessário esta avaliação de qualidade, conforme se apresenta no gráfico 21.

Gráfico 21 – Avaliação da Qualidade da Auditoria Interna



Fonte: Elaboração Própria

Contudo, esta avaliação da qualidade de auditoria traduz-se numa fonte de credibilidade ao serviço realizado, garantindo de certa forma, a economia, a eficácia e a eficiência de toda a organização na implementação das normas necessárias à sua continuidade na prestação de serviços e até na reformulação de novos objectivos a atingir. Importará aqui não esquecer o referido em 2.5.7.2.

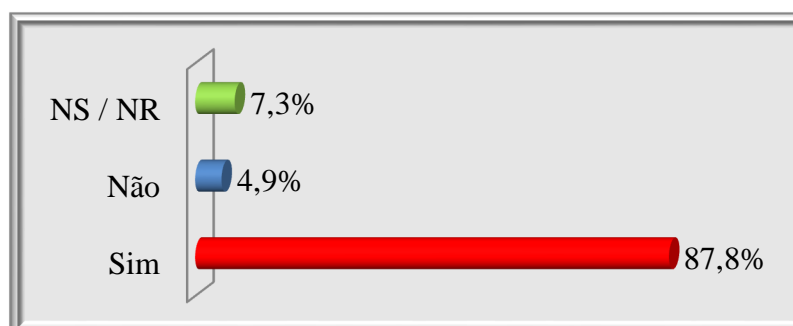
3.5.3.5 A Prestação do Serviço de Auditoria Interna por Entidade Externa

A actividade da auditoria interna é reconhecidamente, um instrumento de salvaguarda do capital humano, operacional e optimização da organização ao nível de eficácia e eficiência e no crescimento da sua imagem, sendo apreciado por uma percentagem considerável de pessoas.

Não existindo Auditoria Interna, com recursos próprios, e tendo em conta o indicado em 2.5.7.2, será interessante analisar as respostas dos inquiridos no cenário de se recorrer ao exterior para realizar esse trabalho. Assim, a ideia de recurso ao exterior é, como se vê, muito elevada (87.8%), pelo que 7,3% e 4,9% e assumem a resposta de “Não Sei/Não Respondo” e “Não”, respectivamente. Conforme indica o gráfico 22.

Nestes valores apresentados, a dimensão da amostra deixou de ser a inicial, passando a ser de trinta e seis, porque esta questão está dependente da anterior. (Apenas deviam pronunciar-se, se a resposta anterior fosse “Sim”).

Gráfico 22 – Recorrer ao Exterior



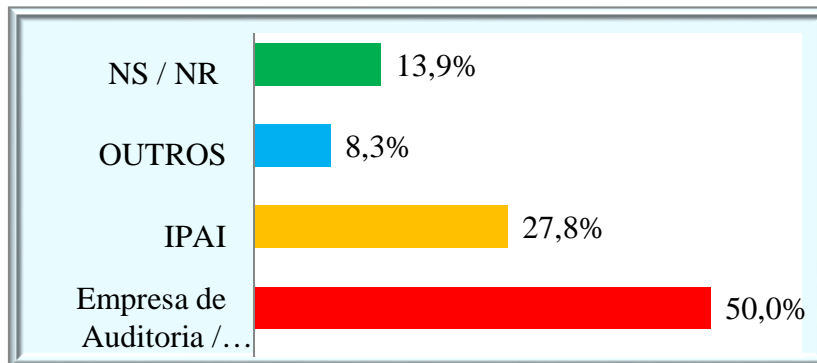
Fonte: Elaboração Própria

Perante a discrepância das percentagens positivas e negativas, deste gráfico, deve-se mais uma vez repensar na auditoria interna como uma actividade possivelmente obrigatória a implementar nas organizações.

Tendo por base a pergunta, se na falta de um gabinete de auditoria interna, este serviço deveria ser requisitado a alguma entidade exterior, as respostas foram diversas.

Em síntese e como se sistematiza no gráfico 23, 50% dos inquiridos fazem referência a Empresas de Auditoria/ Consultoria, enquanto 27,8% aponta para o IPAI, 13,9% “Não Sei/ Não Respondo” e apenas 8,3% fazem referência a “Outros”.(Estariam a pensar no Tribunal de Contas, dado ser um órgão de fiscalização de contas públicas?)

Gráfico 23 – A Quem Recorrer



Fonte: Elaboração Própria

Neste último quadro e após verificação que a maioria dos respondentes pertence aos quadros públicos (Empresas do Estado), mais se percebe que a existência de recorrer ao exterior e reportar a entidades de supervisão externa torna mais fiável e fidedigna a informação apurada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Análise SWOT*

Após as diversas análises efectuadas em relação às respostas obtidas e com os complementos dos gráficos no apoio deste trabalho, é importante fazer uma análise SWOT, de modo a perceber alguns factos que assistem estas organizações e que podem ajudar trabalhos futuros.

Strenghts - Pontos Fortes

- Falta de concorrência;
- Estrutura de Capital Público;
- Localização da sua prestação de serviço;
- Centralização dos aspectos fundamentais para a execução da sua operacionalidade;
- Elevada utilização dos transportes nesta época de crise.

Weaknesses - Pontos Fracos

- Pouco investimento ao nível dos recursos necessários para a prestação do serviço (manutenção);
- Necessidade de renovação de frota;
- Falta de aproveitamento das instalações detidas;
- Escassez de capital humano;
- Falta de gabinete de auditoria interna.

Opportunities – Oportunidades

- Existência de certificações de qualidade, segurança, etc;

* Em Português – Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades, Ameaças

- Qualidade da prestação do serviço;
- Investimento na área da manutenção e preparação dos veículos;
- Investimento na área da fiscalização.

Threats – Ameaças

- Desgaste rápido dos veículos;
- Inexistência de investimento na reparação de veículos;
- Défice financeiro elevado;
- Número elevado de reclamações dos utilizadores.

4.2 Limitações

Após a recepção das respostas ao questionário, fui verificando que grande parte dos respondentes tinham extrema dificuldade em perceber qual a função da auditoria interna nas organizações. No entanto, apesar das dificuldades também percebi, que para a maioria, a auditoria interna funciona como o “polícia” das suas chefias e dos actos.

Assim, o factor compreensão pelos operacionais, foi uma das limitações deste trabalho, relativamente ao objectivo da auditoria interna e à relação entre os dois sectores, tornando extremamente difícil a sua concretização.

A falta de respostas por parte de organizações e de auditores internos condicionou substancialmente a elaboração dos resultados e deste modo, perceber as perspectivas e opiniões que cada grupo tem, na implementação da auditoria interna no desenvolvimento das organizações.

4.3 Perspectivas Futuras

Em termos de perspectivas futuras, penso que seria interessante voltar a aplicar este questionário aproveitando uma reunião do grupo de auditores internos do sector dos transportes do IPAI. Outra hipótese de desenvolvimento futuro seria o de, através da tutela, usar idêntico questionário abrangendo as empresas do sector.

5. CONCLUSÃO

Finalizando este trabalho, o seu principal objectivo foi o de estabelecer o grau de importância da auditoria interna na interligação com o sector dos transportes terrestres urbanos em Portugal continental.

É minha convicção as limitações resultantes das não respostas, bem como o facto das organizações onde os inquiridos (Operacionais) realizam a sua prestação de serviço, não existir um gabinete de auditoria interna, leva a que seja dada por eles uma elevada importância a esta actividade, com 90,2% (Ver gráfico 16).

Se a sua implementação, fosse através de legislação e incidindo na dimensão, os inquiridos passavam a obter garantias de um melhor funcionamento da organização, no cumprimento de normas, procedimentos e leis 46,4%, em simultâneo com a economia, eficácia e eficiência 40,6% (ver gráfico 15).

Outra vantagem da criação de um gabinete de auditoria interna, de acordo com a experiência própria, está também relacionada com o facto de os gestores nem sempre terem conhecimento dos reais riscos do sector, o que pode levar a tomadas de decisões menos adequadas.

As suas decisões, devem ser quantificadas e analisadas em todos os seus aspectos positivos e negativos. Para tal, devem os gestores deslocar-se ao terreno e recorrer a estudos que suportem as decisões.

Para quantificar e analisar estas decisões devem os gestores realizar uma análise SWOT* (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), em sintonia com o dito gabinete podendo ser uma “arma” importante no desenvolvimento da organização e no apoio da gestão, pois apesar do seu custo relativo, a auditoria interna, no longo prazo, pode auxiliar e produzir benefícios para as entidades onde opera.

Numa análise global de todas as respostas, considerando os dois grupos, – Organizações e Operacionais – 83,3% dos inquiridos consideram que a actividade exercida pela auditoria no desenvolvimento destas organizações, é uma mais-valia. Enquanto 14,3% indicou “Não Sei/ Não Respondo” e apenas 2,4%, não a consideram como tal.

Apesar de existir alguma diferença na quantidade de respostas obtidas em relação a questões mais simples, existe uma sintonia no que respeita às preocupações e objectivos da auditoria interna, sendo a mais relevante, o cumprimento de normas, procedimentos e leis com 46,5%, enquanto os aspectos da economia, eficácia e eficiência os valores se situam nos 40,8%.

A maioria dos respondentes entende que a auditoria interna auxilia a gestão no crescimento sustentável da organização. Porém, nos aspectos da salvaguarda do património e da fidedignidade da informação, os valores obtidos são significativamente mais baixos, 7,0% e 5,6% respectivamente.

O grau atribuído à auditoria interna, assume-se como muito importante, (59,5%) ou importante, (31,0%), existindo 9,5 % dos inquiridos sem qualquer opinião formalizada.

Há uma elevada incidência na maioria dos respondentes dos dois grupos, na forma e na clareza como vêm uma possível inclusão da auditoria interna nas organizações, através da melhoria da economia, eficácia e eficiência da organização, sendo que 95,2% assume que é uma mais-valia no sentido de aproveitamento dos recursos operacionais da mesma.

De um modo geral, existe uma concordância por parte dos inquiridos na importância da auditoria interna, sendo que, 81,0% indica que a sua implementação deveria ser suportada, por legislação.

Na ausência de gabinetes de auditoria interna, 85,7% dos inquiridos, referem que deveria ser solicitado ao exterior este tipo de serviços. Destes, 50,0%, fazem referência a empresas do ramo, enquanto 27,8% indicam o IPAI e 8,3%, desconhecem a quem recorrer.

De um modo geral, a implementação de um gabinete de auditoria interna, terá benefícios, mas a sua implementação apenas produz efeitos no médio/longo prazo.

Assim, Auditoria Interna contribuirá não apenas para a melhoria a nível interno, como também a nível externo, isto é, os utilizadores dos transportes urbanos de passageiros em termos de Value for Money, nele incluindo a qualidade.

BIBLIOGRAFIA

- ✓ Bourn, Jonh Sir – Public Sector Auditing: Is It Value for Money? England, Edições: John Wiley and Sons, 2007. ISBN: 978-0-470-05722-3
- ✓ Carneiro, Alberto – Auditoria e Controlo de Sistemas de Informação. FCA-Editora de Informática, 2009. ISBN: 978-972-722-407-4
- ✓ Caseirão, Manuel R. – Auditoria Ambiental: Perspectiva Contabilístico-financeira. Áreas Editora, 2003. ISBN: 972-8472-42-0
- ✓ Cendrowski, Harry; Mair, William C. Enterprise Risk Management and COSO: A Guide for Directors, Executives and Practitioners. New Jersey. Edições: John Wiley and Sons, 2010. ISBN: 978-0-470-46065-8
- ✓ Francis, Dave; Wodcock, Mike – Auditorias da Eficácia Organizacional. Lisboa: Edições Monitor, 2008. ISBN: 978-972-9413-76-6
- ✓ Interna Auditoria – CAAI 2014. Revista IPAI Nº 57– Outubro/Dezembro 2014. Trimestral. ISBN: 2183-3451.
- ✓ Moeller, Robert R. – COSO Enterprise Risk and Management: Establishing Effective Governance, Risk and Compliance. New Jersey, Edições: Wiley and Sons, 2011. ISBN: 978-0-470-91288-1
- ✓ Moeller, Robert; Witt, Herbert – Brink´s Modern Internal Auditing. 7th ed., New York, Edições: John Wiley and Sons, 2009. ISBN: 978-0-470-29303-4
- ✓ Morais, Georgina; Martins, Isabel – Auditoria Interna: Função e Processo. 3^a ed. Áreas Editora, 2007. ISBN: 978-989-8058-11-9
- ✓ Morais, Georgina; Martins, Isabel – Auditoria Interna: Função e Processo. 4^a ed. Áreas Editora, 2013. ISBN: 978-989-8058-81-2
- ✓ Nabais, Carlos – Noções Práticas de Auditoria, 1^a Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1998. Dep. Legal nº 21824

- ✓ Nunes, António Avelãs – A Crise do Capitalismo: Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização. 5ª Edição, Lisboa. Editora: Página a Página. 2013. ISBN: 978-989-96065-7-9
- ✓ Nunes, António Trindade – Apontamentos de Auditoria Interna e Operacional. Mestrado de Auditoria. ISCAL.2014.
- ✓ Pickett, K.H. Spencer – The Essential Guide to Internal Auditing. 2nd ed., UK, Edições: John Wiley and Sons, 2013. ISBN: 978-0-470-74693-6
- ✓ Rodrigues, Jorge – Corporate Governance: Retomar a Confiança Perdida. Escolar Editora, 2009. ISBN: 978-972-592-257-6
- ✓ Sá, Lopes de – Curso de Auditoria, 9ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
ISBN 85-224-2580-9
- ✓ Times, Financial; Económico, Diário – Corporate Governance. Edição: S.T. & S.F., 2005. Depósito Legal: 232333/05

WEBGRAFIA

- ✓ www.aeportugal.pt
- ✓ www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=117%3Aiso14001&catid=4&Itemid=70&lang=pt; em 2014-03-04, pelas 18 horas.
- ✓ www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=96%3Aiso-9001&catid=3&Itemid=10&lang=pt; em 2014-03-05, pelas 17 horas.
- ✓ www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=137%3Anp-4469&catid=7&Itemid=55&lang=pt; em 2014-04-01, pelas 16 horas, ISO 14012.
- ✓ www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=211%3Aaudidores&catid=20&Itemid=62&lang=pt; em 2014-03-08, pelas 13 horas.
- ✓ www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=872%3Aa-iso-publica-a-nova-norma-de-auditorias-a-sistemas-de-gestao-iso-19011&Itemid=85&lang=pt; em 2014-04-02, pelas 16 horas, ISO 19011.
- ✓ www.coso.org/ic.htm
- ✓ www.eciia.eu/wp-content/uploads/2013/10/ECIIA-Future-of-corp-gov-2-10-13.pdf; em 2014/03/10, pelas 19 horas.
- ✓ www.gao.gov
- ✓ www.ipai.pt/fotos/gca/ipai_revista_no_53_v_final_1386866146.pdf; em 2014-01-04, pelas 16 horas.
- ✓ www.ipai.pt/fotos/gca/revista_44_online_ed_def_1321811665.pdf; em 2013-11-16, pelas 17 horas.
- ✓ www.iso.org/iso/iso-gri-26000_2014-01-28.pdf, pelas 16 horas;
- ✓ www.nao.uk
- ✓ www.soqlaw.com
- ✓ www.suapesquisa.com/o_que_e/iso_14000.htm; em 2014-03-07, pelas 18 horas

- ✓ www.tcontas.pt/pt/apresenta/actualidade/sit_act.pdf; em 2014-05-01, pelas 19 horas;
- ✓ www.theia.org
- ✓ www.transportesemrevista.com//Default.aspx?tabid=210&language=pt-PT&id=6516;
em 2013-11-22 pelas 16horas.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



QUESTIONÁRIO PARA DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE
IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS
ENTIDADES DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE
PASSAGEIROS URBANOS EM PORTUGAL
CONTINENTAL

Observação:

- Todas as respostas serão tratadas com confidencialidade.
- Elas deverão ser enviadas para: dani.paunice@gmail.com

Parte I - Caracterização da pessoa que responde

1- Idade (Anos):

≤ 30 31 - 40 41 - 50 51- 60 > 61

--	--	--	--	--

2- Género:

Mas Fem

--	--

3 - Habilitações Académicas:

Doutoramento

--

Mestrado

--

Licenciatura

--

Ensino Secundário

--

Até Ensino Básico

--

4 - Exerce a função de Auditor Interno na sua Entidade?

Sim Não NS/NR

ou

--	--	--

Erro! Ligação inválida. (Se respondeu NÃO NS/ NR, salte para a pergunta 6).

5 - É o Responsável?

Sim Não

--	--

Parte II - Caracterização da Entidade onde trabalha

6 - N° de Trabalhadores:

≤ 100

101 a 250

251 a 500

501 a 750

> 750

NS / NR

7 - Capital:

Público Privado Misto

--	--	--

8 - Volume de Negócios (Euros):

≤ 50.000

50.001 a 250.000

250.001 a 500.000

500.001 a 1.000.000

> 1.000.000

NS / NR

9 - A Entidade onde trabalha possui alguma certificação (vg: qualidade, ambiente, segurança, etc.)?

Sim Não NS/NR

--	--	--

10 - A Entidade onde desempenha as suas funções tem gabinete/departamento de Auditoria Interna?

Sim Não NS/NR

--	--	--

(Se respondeu NÃO ou NS/ NR, salte para a pergunta 14).

11 - Qual o número de Auditores Internos na sua entidade?

1 a 3	
4 a 10	
> 10	
NS / NR	

12 - Quantos Auditores possuem certificações (vg : CIA)?

0	
1	
2	
3 a 5	
> 5	
NS / NR	

13 - Quantos anos tem o Departamento de Auditoria Interna da sua entidade?

<5	
6 a 15	
16 a 25	
> 26	
NS / NR	

Parte III - A Importância da Auditoria Interna no Sector

14 - Considera que a Auditoria Interna representa / é uma mais-valia para a entidade?

Sim	Não	NS / NR

15 - Sinalize os dois aspectos que representam as principais preocupações da Auditoria Interna na sua entidade:

Salvaguarda do património	
Cumprimento de normas, procedimentos e leis	
Fidedignidade da informação	
Economia, Eficácia e Eficiência	
Outro(s)	

16 - Se respondeu Outro(s), indique qual (quais):

17 - Qual o grau de importância que atribui à Auditoria Interna no desenvolvimento da entidade?

Muito importante	<input type="text"/>
Importante	<input type="text"/>
Pouco importante	<input type="text"/>
Não é importante	<input type="text"/>
NS /NR	<input type="text"/>

18 - Considera a Auditoria Interna uma mais-valia para a entidade, em termos de economia, eficácia e eficiência?

Sim Não NS / NR

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------

19 - Deveria ser obrigatório, através de legislação, a existência de um departamento de Auditoria Interna nas entidades do sector?

Sim Não NS/NR

--	--	--

20 - Qual a dimensão, em termos de nº de colaboradores, que deveria ser fixado, para a entidade ter de criar um departamento de Auditoria Interna?

até 100	
101 a 250	
251 a 500	
501 a 750	
> 750	
NS / NR	

21 - A quem reporta o departamento de Auditoria Interna, se existente?

Ao Presidente / Director-geral	
A um Administrador	
À Comissão de Auditoria	
Outro	
NS / NR	

22- O departamento/Serviço de Auditoria Interna deveria ser objecto de avaliação da qualidade?

Sim Não NS / NR

--	--	--

23 - No caso de a entidade não possuir departamento de Auditoria Interna próprio, deveria recorrer ao exterior para obter esse serviço?

Sim Não NS / NR

--	--	--

(Se respondeu NÃO ou NS/NR, passe para o final).

24 - A quem?

Empresa de Auditoria / Consultoria

IPAI

OUTROS

NS / NR

Nome da Entidade _____ **(Opcional)**

Nome da Pessoa _____ **(Opcional)**

ANEXO II – QUESTIONÁRIO DOS OPERACIONAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



Dissertação de Mestrado

Questionário para Avaliação do Grau de
Importância da Auditoria Interna nas
Entidades de Transportes Rodoviários de
Passageiros Urbanos em Portugal Continental

Observação:

- Todas as respostas serão tratadas com confidencialidade.
- Elas deverão ser enviadas para: dani.paunice@gmail.com

Parte I - Caracterização da pessoa que responde

1- Idade (Anos):

≤ 30	31 - 40	41 - 50	51- 60	> 60
0	18	21	2	0
0,0%	43,9%	51,2%	4,9%	0,0%

2- Género:

M	F
39	2
95,1%	4,9%

3 - Habilitações Académicas:

Doutoramento	0	0,0%
Mestrado	0	0,0%
Licenciatura	1	2,4%
Ensino Secundário	34	82,9%
Até Ensino Básico	6	14,6%

4 - Exerce a função de Auditor Interno na sua Entidade?

Sim	Não	NS/NR
0	39	2
0,0%	95,1%	4,9%

(Se respondeu NÃO ou NS/ NR, salte para a pergunta 6).

5 - É o Responsável?

Sim	Não
0	3
0,0%	7,3%

Parte II - Caracterização da Entidade onde trabalha

6 - N° de Trabalhadores:

≤ 100	0	0,0%
101 a 250	30	73,2%
251 a 500	8	19,5%
501 a 750	1	2,4%
> 750	0	0,0%
NS / NR	2	4,9%

7 - Capital :

Público	Privado	Misto
41	0	0
100%	0,0%	0,0%

8 - Volume de Negócios (Euros):

≤ 50.000	1	2,4%
50.001 a 250.000	1	2,4%
250.001 a 500.000	0	0,0%
500.001 a 1.000.000	1	2,4%
> 1.000.000	5	12,2%
NS / NR	33	80,5%

9 - A Entidade onde trabalha possui alguma certificação (vg: qualidade, ambiente, segurança, etc.)?

Sim	Não	NS/NR
6	15	20
14,6%	36,6%	48,8%

10 - A Entidade onde desempenha as suas funções tem gabinete/departamento de Auditoria Interna?

Sim	Não	NS/NR
1	23	17
2,4%	56,1%	41,5%

(Se respondeu NÃO ou NS/ NR, salte para a pergunta 14).

11 - Qual o número de Auditores Internos na sua entidade?

1 a 3	1	2,4%
4 a 10	0	0,0%
> 10	0	0,0%
NS / NR	8	19,5%

12 - Quantos Auditores possuem certificações (vg : CIA)?

0	1	10,0%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3 a 5	0	0,0%
> 5	0	0,0%
NS / NR	9	90,0%

13 - Quantos anos tem o Departamento de Auditoria Interna da sua entidade?

< 5	0	0,0%
6 a 15	0	0,0%
16 a 25	0	0,0%
> 26	0	0,0%
NS / NR	9	22,0%

Parte III – A Importância da Auditoria Interna no Sector

14 - Considera que a Auditoria Interna representa / é uma mais-valia para a entidade?

Sim	Não	NS / NR
34	1	6
82,9%	2,4%	14,6%

15 - Sinalize os dois aspectos que representam as principais preocupações da Auditoria Interna na sua entidade:

Salvaguarda do património	5	7,2%
Cumprimento de normas, procedimentos e leis	32	46,4%
Fidedignidade da informação	4	5,8%
Economia, Eficácia e Eficiência	28	40,6%
Outro (s)	0	0,0%

16 - Se respondeu Outro (s), indique qual (quais):

17 - Qual o grau de importância que atribui à Auditoria Interna no desenvolvimento da entidade?

Muito importante	25	61,0%
Importante	12	29,3%
Pouco importante	0	0,0%
Não é importante	0	0,0%
NS / NR	4	9,8%

18 - Considera a Auditoria Interna uma mais-valia para a entidade, em termos de economia, eficácia e eficiência?

Sim	Não	NS / NR
39	1	1
95,2%	2,4%	2,4%

19 - Deveria ser obrigatório, através de legislação, a existência de um departamento de Auditoria Interna nas entidades do sector?

Sim	Não	NS / NR
34	3	4
82,9%	7,3%	9,8%

20 - Qual a dimensão, em termos de nº de colaboradores, que deveria ser fixado, para a entidade ter de criar um departamento de Auditoria Interna?

até 100	11	26,8%
101 a 250	13	31,7%
251 a 500	1	2,4%
501 a 750	0	0,0%
> 750	0	0,0%
NS / NR	16	39,0%

21 - A quem reporta o departamento de Auditoria Interna, se existente?

Ao Presidente / Director-Geral	13	31,7%
A um Administrador	0	0,0%
À Comissão de Auditoria	12	29,3%
Outro	1	2,4%
NS / NR	15	36,6%

22 - O departamento/Serviço de Auditoria Interna deveria ser objecto de avaliação da qualidade?

Sim	Não	NS / NR
36	1	4
87,8%	2,4%	9,8%

23 - No caso da entidade não possuir departamento de Auditoria Interna próprio, deveria recorrer ao exterior para obter esse serviço?

Sim	Não	NS / NR
36	2	3
87,8%	4,9%	7,3%

(Se respondeu NÃO ou NS/NR, passe para o final).

24 - A quem?

Empresa de Auditoria / Consultoria

IPAI
OUTROS
NS / NR

18	50,0%
10	27,8%
3	8,3%
5	13,9%

ANEXO III – QUESTIONÁRIO GLOBAL

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



Dissertação de Mestrado

Questionário para Avaliação do Grau de Importância da Auditoria Interna
nas Entidades de Transportes Rodoviários de Passageiros Urbanos em
Portugal Continental

Observação:

- Todas as respostas serão tratadas com confidencialidade.
- Elas deverão ser enviadas para: **dani.paunice@gmail.com**

Parte I - Caracterização da pessoa que responde

1- Idade (Anos):

≤ 30	31 - 40	41 - 50	51 - 60	> 60
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

2- Sexo:

M	F
<input type="text"/>	<input type="text"/>

3 - Habilitações Académicas:

Doutoramento
Mestrado
Licenciatura
Ensino Secundário
Até Ensino Básico

<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>

4 - Exerce a função de Auditor Interno na sua Entidade?

Sim	Não	NS/NR
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

(Se respondeu **NÃO** ou **NS/ NR**, salte para a pergunta 6).

5 - É o Responsável?

Sim	Não
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Parte II - Caracterização da Entidade onde trabalha

6 - Nº de Trabalhadores:

≤ 100	<input type="text"/>
101 a 250	<input type="text"/>
251 a 500	<input type="text"/>
501 a 750	<input type="text"/>
> 750	<input type="text"/>
NS / NR	<input type="text"/>

7 - Capital:

Público	Privado	Misto
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

8 - Volume de Negócios (Euros):

≤ 50.000	<input type="text"/>
50.001 a 250.000	<input type="text"/>
250.00 a 500.000	<input type="text"/>
500.001 a 1.000.000	<input type="text"/>
> 1.000.000	<input type="text"/>
NS / NR	<input type="text"/>

9 - A Entidade onde trabalha possui alguma certificação (vg: qualidade, ambiente, segurança, etc.)?

Sim	Não	NS/NR
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

10 - A Entidade onde desempenha as suas funções tem gabinete/departamento de Auditoria Interna?

Sim	Não	NS/NR

(Se respondeu **NÃO** ou **NS/ NR**, salte para a pergunta 14).

11 - Qual o número de Auditores Internos na sua entidade?

1 a 3
4 a 10
> 10
NS / NR

12 - Quantos Auditores possuem certificações (vg : CIA)?

0
1
2
3 a 5
> 5
NS / NR

13 - Quantos anos tem o Departamento de Auditoria Interna da sua entidade?

< 5
6 a 15
16 a 25
> 26
NS / NR

Parte III

14 - Considera que a Auditoria Interna representa / é uma mais-valia para a entidade?

Sim	Não	NS / NR
35	1	6
83,3%	2,4%	14,3%

15 - Sinalize os dois aspectos que representam as principais preocupações da Auditoria Interna na sua entidade:

Salv guarda do património	5	7,0%
Cumprimento de normas, procedimentos e leis	33	46,5%
Fidedignidade da informação	4	5,6%
Economia, Eficácia e Eficiência	29	40,8%
Outro (s)	0	0,0%

16 - Se respondeu Outro (s), indique qual (quais):

17 - Qual o grau de importância que atribui à Auditoria Interna no desenvolvimento da entidade?

Muito importante	25	59,5%
Importante	13	31,0%
Pouco importante	0	0,0%
Não é importante	0	0,0%
NS /NR	4	9,5%

18 - Considera a Auditoria Interna uma mais-valia para a entidade, em termos de economia, eficácia e eficiência?

Sim	Não	NS / NR
40	1	1
95,2%	2,4%	2,4%

19 - Deveria ser obrigatório, através de legislação, a existência de um departamento de Auditoria Interna nas entidades do sector?

Sim	Não	NS / NR
34	4	4
81,0%	9,5%	9,5%

20 - Qual a dimensão, em termos de nº de colaboradores, que deveria ser fixado, para a entidade ter de criar um departamento de Auditoria Interna?

até 100	11	26,2%
101 a 250	13	31,0%
251 a 500	2	4,8%
501 a 750	0	0,0%
> 750	0	0,0%
NS / NR	16	38,0%

21 - A quem reporta o departamento de Auditoria Interna, se existente?

Ao Presidente / Diretor-Geral	13	31,0%
A um Administrador	0	0,0%
À Comissão de Auditoria	12	28,6%
Outro	1	2,4%
NS / NR	16	38,0%

22 - O departamento/Serviço de Auditoria Interna deveria ser objecto de avaliação da qualidade?

Sim	Não	NS / NR
37	1	4
88,1%	2,4%	9,5%

23 - No caso da entidade não possuir departamento de Auditoria Interna próprio, deveria recorrer ao exterior para obter esse serviço?

Sim	Não	NS / NR
36	3	3
85,8%	7,1%	7,1%

(Se respondeu **NÃO** ou **NS/NR**, passe para o final).

24 - A quem?

Empresa de Auditoria / Consultoria	18	50,0%
IPAI	10	27,8%
OUTROS	3	8,3%
NS / NR	5	13,9%